

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária
Departamento de Economia

VICTORIA ALMEIDA MAXIMO

**DESIGUALDADE DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL NO CONTEXTO DAS
DIFERENTES REGIÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA**

São Paulo – SP

2022

[1]

VICTORIA ALMEIDA MAXIMO

**DESIGUALDADE DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL NO CONTEXTO DAS
DIFERENTES REGIÕES DA ECONOMIA BRASILEIRA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como um pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do Prof. Dr. Áquilas Nogueira Mendes.

São Paulo - SP

[2]

2022

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final _____ (_____).

Nomes legíveis dos examinadores (orientador e demais membros da banca)

Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento, bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar o nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

Maximo, Victoria Almeida.
DESIGUALDADE DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL NO
CONTEXTO DAS DIFERENTES REGIÕES DA ECONOMIA
BRASILEIRA / Victoria Almeida Maximo – São Paulo, 2022.
(73 páginas)

Orientador: Prof. Dr. Áquilas Nogueira Mendes.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências
Econômicas) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
São Paulo, 2022.

Palavras-chave

Desigualdades, gênero, raça, classe social, regiões brasileiras,
desenvolvimento econômico-social.

DEDICATÓRIA

A todos que antecederam a mim, suas batalhas e sacrifícios não foram em vão. Aos meus avós por conquistarem direitos em meio a tanta opressão e aos meus pais por conquistarem acessos, e abrirem portas para oportunidades, não concedida a eles.

AGRADECIMENTOS

Ao corpo docente da FEA PUC-SP, pela participação em minha evolução acadêmica e constante evolução de visão do mundo durante os anos de graduação, em especial ao Prof. Dr. Pedro Aguerre, querido orientador de minha iniciação científica, e grande exemplo da luta pelas questões de equidade, e ao atual coordenador do Curso de Ciências Econômicas Júlio Manuel Pires por toda solidariedade e empatia com a vida universitária. Aos funcionários da PUC-SP, que possibilitaram a permanência e experiência acadêmica mesmo com as adversidades. A preocupação e luta constante da formação do economista como ser crítico e observador dos contextos históricos, políticos e sociais.

Ao meu Orientador Prof. Dr. Áquilas Mendes por todo companheirismo desde a primeira conversa, e por todo enriquecimento das discussões e metodologias tratadas nesta monografia dado sua ampla sabedoria e excelência acadêmica. Para além, em fornecer apoio e suporte durante todas as transformações que ocorreram conjuntamente a execução da monografia, principalmente a compreensão nos meses finais, possibilitando a conclusão desta monografia.

Aos meus pais, Neuza e Reginaldo que juntos propiciaram todas as condições possíveis para que eu permanecesse na graduação e chegasse até aqui. E que se preocuparam em que esta fosse uma possibilidade para mim, mesmo quando não havia viabilidade. A gratidão jamais será uma troca á altura, considerando suas vivências, percalços e conquistas.

Às amigas da faculdade, solidárias e compreensíveis ao longo de todo tempo de formação. Em especial as que levarei para a vida, Marina, Priscila e Yasmin. Pelo apoio diário, suporte emocional e mental em todos os momentos difíceis, além da colaboração sem medidas e as risadas deixando a jornada mais leve, seja por mensagem de texto ou por momentos da vida dentro da PUC, certamente ter dividido essa outra vida com vocês propiciou minha chegada até aqui com tanta alegria e gratidão.

Aos amigos e amigas, que se alegraram com minha entrada na universidade, suportaram comigo todas as dificuldades percorridas, direta e indiretamente mandaram forças para minha permanência e conclusão. As minhas amigas de

infância e colegial: Julia, Kelly, Larissa, Laura, Leticia, Patrícia, Raquel e Victoria, pela perseverança em manter estruturas fortes e consolidadas da verdadeira amizade e manter-se fiéis em todas as situações. Ao meu melhor amigo e companheiro, Lucas, todo meu profundo carinho por ampliarmos esta conclusão não só a mim, mas a nós.

Ao Arthur, meu irmão, por ser minha força e combustível da busca constante de evolução, em ser melhor para mim, e para todos ao meu redor. Mostrando-me sempre as verdadeiras essências do viver, e deixando todos os momentos ao seu lado, os meus melhores momentos.

Por fim, a toda comunidade do voluntariado, sendo a razão pela qual mostrou o caminho acadêmico que eu gostaria de lutar, e por sua incessante busca por justiça, e qualidade de vida para todos.

[...] às vezes a única alternativa a adotar diante de uma coletividade ressequida consiste em perpetrar um ato impregnado de coragem.

(Clarissa Pinkola)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o panorama das desigualdades econômica-social em relação as questões de gênero, raça e classe no contexto das distintas regiões econômicas brasileiras, identificando as disparidades de desenvolvimento entre elas. Dessa forma, realizou-se uma revisão sistematizada da literatura nacional acerca da desigualdade no Brasil e o levantamento crítico entre gênero, classe e raça, abrangendo as desproporções de desenvolvimento das regiões. Discute-se as principais abordagens levantadas pelos artigos incluídos na revisão, de forma a problematizar a desigualdade econômica e social no Brasil e sua relação com as questões de gênero, raça e classe, evidenciando as disparidades sociais e econômicas entre as regiões brasileiras.

Palavras-chave: desigualdades, gênero, raça, classe social, regiões brasileiras, desenvolvimento econômico-social.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the panorama of economic and social inequalities in relation to issues of gender, race and class in the context of the differences in development between them. Thus, a systematic review of the national literature on inequality in Brazil was carried out and a critical survey between gender, class and race was performed, covering the disproportions of development in the regions. It discusses how the main approaches raised by the articles included in the review, in order to problematize economic and social inequality in Brazil and its relationship with gender, race and class issues, evidence as between Brazilian regions.

Keywords: inequalities, gender, race, social class, Brazilian regions, economic and social development.

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1: Aspectos conceituais sobre desigualdade econômica e social e sua trajetória histórica no brasil	12
1.1 - Bases conceituais sobre desigualdade econômica e social	12
1.2 - A trajetória histórica da desigualdade econômica e social no Brasil	17
1.3 - Formação e reprodução da desigualdade no Brasil: contribuição de Celso Furtado	20
Capítulo 2: Contribuições da literatura nacional sobre a economia brasileira e a relação da desigualdade de gênero, raça e classe social no contexto das diferentes regiões	22
2.1 - Metodologia para a Revisão sistematizada de artigos científicos	22
2.2 - Revisão Bibliográfica dos 17 artigos incluídos	28
2.3 - Circunstâncias da desigualdade de gênero, raça e classe social	37
2.3.1 – Sobre a questão de gênero	37
2.3.2 – Sobre a questão da raça	43
2.3.3 – Sobre a questão da classe social	45
2.3.4 – A desigualdade entre gênero, raça e classe social.....	48
2.4 – O contexto das diferentes regiões da economia brasileira	53
2.5 - A relação entre desigualdades e as regiões brasileiras	59
Capítulo 3: Discussão sobre a abordagem das desigualdades no contexto das diferentes regiões como impacto para o desenvolvimento econômico e social	62
3.1 - Os impactos das desigualdades no desenvolvimento econômico e social	62
3.2 - Desdobramentos ao relacionarmos as desigualdades de gênero, raça e classe social no contexto das diferentes regiões.....	66
Conclusão	70
Referências	71

INTRODUÇÃO

A desigualdade econômica e social do Brasil, apresenta-se a partir dos impactos que a chegada de Portugal e seus interesses em transformar o país em sua colônia de exploração, decorreram ao longo dos séculos. Uma trajetória desigual e de escravidão acarretou severos problemas na sociedade brasileira, que permeiam até os dias atuais.

Observando o cenário de desigualdade no Brasil e abrangendo a falta de inclusão de minorias dentro deste cenário enfrentada pela maior parte das regiões brasileiras, busca-se questionar a forma como foram e são discutidas a identificação e inclusão de grupos nos conjuntos das oportunidades e benefícios sociais no território brasileiro. Portanto, se mostra necessário a discussão do panorama enraizado no Brasil, de desconformidade às inúmeras demandas nos territórios de maior vulnerabilidade social, levando a preocupação maior da equidade junto com o desenvolvimento econômico.

Nesta perspectiva, o objetivo deste trabalho é analisar o panorama das desigualdades econômica-social em relação às questões de gênero, raça e classe no contexto das distintas regiões econômicas brasileiras, identificando as disparidades de desenvolvimento entre elas.

Para tanto, este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo tratou-se de identificar e caracterizar o conceito e as trajetórias históricas de desigualdades de gênero, raça e classe social, em contexto geral, econômica e social apontando para a questão das diferentes regiões e a colaboração de Celso Furtado para a discussão da desigualdade regional, organizado pelos respectivos em três seções. Já o segundo capítulo, buscou-se por intermédio de uma revisão sistematizada da literatura nacional, o entendimento das abordagens tratadas, principalmente no que ao entendimento da desigualdade nos novos padrões de desenvolvimento econômico e social do território brasileiro, inseridos no contexto da equidade, organizado por cinco seções. O terceiro capítulo, tem como propósito abranger a discussão das desigualdades de gênero, raça e classe e como impactam estas no desenvolvimento econômico e social nas diferentes regiões da economia brasileira, haja vista a desigualdade regional que permeia a história do Brasil, e a economia brasileira como um todo.

CAPÍTULO 1: ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE DESIGUALDADE ECONÔMICA E SOCIAL E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA NO BRASIL

Há como propósito abordar neste capítulo os aspectos conceituais a respeito da desigualdade econômica e social no Brasil, evidenciando sua relação com as questões de gênero, classe e raça, bem como apresentar a trajetória histórica dessa desigualdade no país, como forma de identificar as diferentes condições de desenvolvimento das regiões brasileiras, em conjunto ao entendimento de desigualdade regional por Celso Furtado.

O capítulo está dividido em três principais seções, a primeira consiste nas bases conceituais sobre desigualdade econômica e social, a segunda seção relata a trajetória histórica da desigualdade econômica e social no Brasil e a terceira seção consiste em apresentar de forma abrangente as contribuições de Celso Furtado no entendimento das regiões da economia brasileira e sua percepção histórica da desigualdade regional.

1.1 Bases conceituais sobre desigualdade econômica e social

A ampliação de uma concepção de desigualdade social até então restrita à ideia de desigualdade de oportunidades – isto é, diferenças observadas nas chances individuais de acesso e posse de bens socialmente valorizados – designa-se para concepções que têm enfatizado as desigualdades de posições ou resultados. A primeira definição se tornou hegemônica no âmbito disciplinar da economia e das agências internacionais, levando ao uso crescente de medidas de diferenças individuais de renda dentro das fronteiras nacionais, como o coeficiente de Gini (ROCHA; PIRES, 2019, p. 15). As críticas a este reducionismo têm contribuído para a abertura de caminhos para uma melhor compreensão da persistência e das variadas formas de manifestação e experiência da vivência e conceito de desigualdade.

A mensuração de desigualdade social em relação às classes sociais mais conhecidas é a da concentração de renda apurada pelo coeficiente de Gini. Ela aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos e vem cumprindo um papel inegável, ao expor uma das faces mais estruturantes do fenômeno, a desigualdade de renda (CAMPELLO et al., 2018). Entretanto, apresenta limitações por olhar um único aspecto do problema: a renda monetária.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, do IBGE, de 2018, metade da população brasileira vive com menos de um salário-mínimo por mês (IBGE. 2018, p. 81). Tratando-se de dados alarmantes, que precisam da efetivação de estratégias de ação das empresas e do Estado para serem erradicados, levando, portanto, dignidade à sociedade.

Nas sociedades capitalistas democráticas, o conflito social pela distribuição da riqueza está presente em duas esferas, de acordo com Sorj (2020): na salarial (no interior das empresas) e na tributária (quanto e quem pagará as despesas do Estado e quem será favorecido por elas) (SORJ, 2020). Quando há confronto entre as demandas do capital e as demandas por uma maior igualdade, e um dos polos encontra complicações, os resultados são tenebrosos. O exemplo e a descrição disso são claros ao olharmos para o contexto histórico. De acordo com Arretche (2015):

[...] no apogeu do liberalismo econômico, na Europa do século XIX, quando crianças trabalhavam por longas jornadas, sem acesso a serviços de saúde ou de educação; e, no século XX, quando os regimes comunistas, em nome da igualdade, reprimiram a liberdade. Nas sociedades em que o conflito entre liberalismo econômico e as demandas de justiça social foram negociadas, os resultados trouxeram uma melhoria da qualidade de vida do conjunto da sociedade. (ARRETCHE, 2015, p.22).

Uma visão reducionista da desigualdade conduz sempre a uma visão reducionista da emancipação e liberdade humana, segundo Campello et al. (2018). A busca pela desnaturalização da desigualdade passa pela conscientização de que se trata de um conjunto de injustiças (CAMPELLO et al., 2018). Todavia, é necessário meios para que se dê o esclarecimento correto, além de ações que proporcionem efetividades para reduzir, e por fim, extinguir as desigualdades.

Em linha com a noção de uma matriz de desigualdades sociais, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) vem enfatizando o complexo entrelaçamento do eixo de desigualdades econômicas (classes de renda) com os eixos de desigualdades de gênero, étnico-raciais, territoriais e derivadas de idade ou etapa do ciclo de vida das pessoas, como estruturantes de um processo de produção e reprodução de relações sociais desiguais e experiências pessoais marcadas pela acumulação histórica de exclusões.

Essas formas e mecanismos de discriminação assentam-se também nos estereótipos – que hierarquizam e desqualificam determinados grupos sociais em razão de seu sexo, etnia, raça ou cor de pele, orientação sexual, situação

socioeconômica ou outra condição – que estão presentes em diversos âmbitos da vida social e que, assim como a discriminação, permeiam as próprias instituições e são reproduzidos por elas (CEPAL, 2016, p. 20).

Complementam este quadro as contribuições mais recentes provindas de pesquisas que mobilizam o conceito de interseccionalidade, oriundas do campo das teorias feministas e do ativismo feminista negro. Essas elaborações têm apontado de maneira convincente como as posições subordinadas nas estruturas sociais derivam de processos de reforço mútuo de variados tipos de diferenciais de poder, como gênero, raça, classe e outros (ROCHA; PIRES, 2019, p. 17). Ainda sobre a interseccionalidade Akotirene (2020) descreve:

A interseccionalidade nos instrumentaliza a enxergar a matriz colonial moderna contra os grupos tratados como oprimidos, porém não significa dizer que mulheres negras, vítimas do racismo de feministas brancas e do machismo praticado por homens negros, não exerçam técnicas adultistas, cisheterossexistas e de privilégio acadêmico. (AKOTIRENE, 2020, p.44)

A dimensão de gênero não pode prescindir da compreensão das interconexões existentes entre a produção dos estereótipos de gênero ancorada em uma estrutura patriarcal de poder e os efeitos decorrentes dessa lógica sobre as condições de vida das mulheres, se considerarmos a centralidade da divisão sexual do trabalho para a organização da vida social. A construção desses estereótipos se deve, nesse sentido, a processos de hierarquização baseados em relações desiguais de poder em que diferentes instituições atuam como instrumentos de reprodução ou desconstrução das representações atribuídas às mulheres e aos homens no âmbito das relações sociais (ROCHA; PIRES, 2019, p. 393).

Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que no segundo semestre de 2017 a média salarial do gênero feminino equivalia a 87% da média salarial do gênero masculino. O desemprego também aponta desvantagem para as mulheres: o índice de desemprego do gênero feminino foi de 13,4%, enquanto o do gênero masculino foi de 10,5% (IBGE, 2017). Estes, e uma série de estudos ao longo dos recentes anos, demonstram uma estagnação do Brasil no combate à desigualdade de gênero.

É preciso lidar com todas as limitações impostas pela estrutura patriarcal, compreendendo também que o modo de produção capitalista exige condições cada

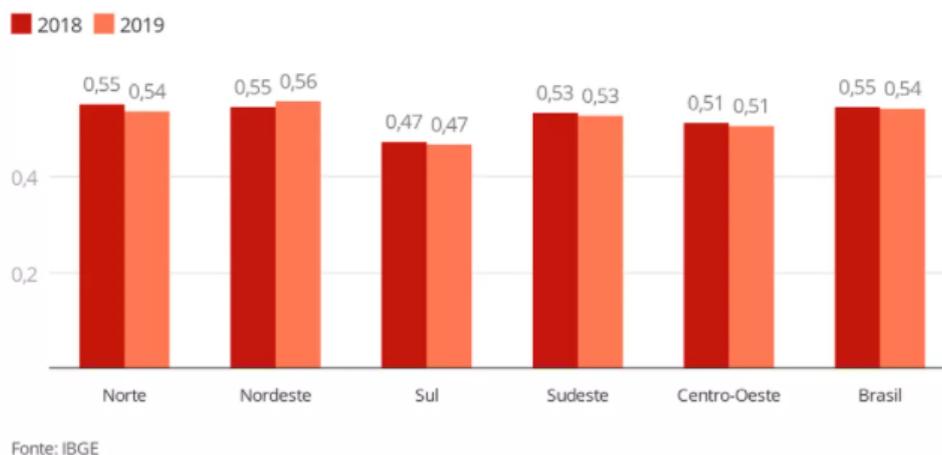
vez mais precárias na exploração da mão de obra feminina, principalmente das mulheres negras.

O debate racial é um tabu e poucos são os que admitem praticar racismo. Uma vez que a maior parte da população brasileira admite a existência do racismo, mas ninguém assume que o pratica ou reproduz, a discriminação baseada no critério racial costuma se evidenciar mais pelos resultados do que pelos processos que concorrem para sua produção (ROCHA; PIRES, 2019, pg. 424). Desse modo, há uma constante luta por parte do movimento negro em evidenciar a prática e a desigualdade racial posta na sociedade brasileira.

As desigualdades regionais no Brasil encontram-se entre as maiores do mundo. Em termos de renda média, as Grandes Regiões Sul e Sudeste são claramente mais ricas, enquanto a Nordeste é a mais pobre. A concentração da renda é alta em todo o país, sendo especialmente aguda nas regiões mais pobres. Tais desigualdades são bastante estáveis no tempo e não há nenhuma tendência de sua redução nos próximos anos (MEDEIROS, 2004, p.19).

Os principais indicadores divulgados pelo IBGE, demonstram essa desigualdade regional de forma explícita, observando o Índice de Gini entre 2018 e 2019 no gráfico 1, é possível visualizar a diferença do indicador nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste comparando as regiões Norte e Nordeste que lideram com percentuais de mais desigualdade, e a região Nordeste foi a que não apresentou melhora no comparativo de anos. Portanto, é evidente a questão abordada de não preocupação quando tratamos de desigualdade regional.

Gráfico 1: Desigualdade, medida pelo índice de Gini.



Como as desigualdades internas não são uma boa explicação para os diferenciais regionais na distribuição da riqueza para Medeiros (2004), cabe buscá-la na diferenciação dos níveis de rendimentos das Unidades da Federação. De acordo com o Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) existe correlação positiva razoável entre os indicadores de riqueza e o nível de renda per capita das Unidades da Federação, o que significa que as diferenças na distribuição espacial da intensidade e da incidência da riqueza no texto para discussão Ipea Brasil são mais bem explicadas pelas desigualdades entre estados que pelas desigualdades intra-estaduais (MEDEIROS, 2004, p.20)

A distribuição dos indicadores de riqueza seria praticamente invertida se não houvesse desigualdades regionais, com prejuízo para as regiões Sul e Sudeste. Trata-se, evidentemente, de um resultado esperado, uma vez que há relação inversa entre os níveis de renda e a desigualdade interna dos estados brasileiros. Tal mudança no perfil geográfico da riqueza deve ser interpretada como um indício forte de que as diferenças na distribuição espacial dos ricos são, em sua maioria, resultado de uma questão distributiva de grande escala, isto é, da adoção de um modelo de desenvolvimento que não foi capaz de eliminar as desigualdades regionais.

Importante enfatizar que, atribuir à interação entre Estado e os grupos alocados na desigualdade (seja ela por gênero, classe, raça ou região) em uma orientação unidimensional é insuficiente para retratar as inúmeras mediações ocorridas cotidianamente (AKOTIRENE, 2020, p.45). Portanto, os conceitos se entrelaçam para

que nos conjuntos das oportunidades a inspeção pelo desenvolvimento brasileiro seja igualitário e justo.

1.2 A trajetória histórica da desigualdade econômica e social no Brasil.

Em processo de compreensão da desigualdade econômica e social em seus primórdios, no âmbito brasileiro, tratamos a princípio pela ocupação e colonização de Portugal e Espanha. Isto posto, é importante ressaltar que o país foi fundado na escravidão e na grande propriedade. Portanto, estimativas de distribuição de renda são complicadas em uma sociedade em que uma grande parte da população é escrava. É uma desigualdade qualitativamente diferente que não pode ser ignorada.

O Brasil foi o maior território escravista do Ocidente, o último a extinguir o tráfico negreiro, e o último a abolir a escravidão. A herança do racismo no Brasil foi gerada por mais de três séculos de escravidão. Sendo assim, o resultado é um legado de desigualdade social, racial e exclusão. Nas duas ditaduras, há exemplos, no Estado Novo, o fechamento total do regime foi um fechamento à direita, anticomunista, e com uma aliança muito forte com fatias do empresariado - aliado a severa restrição de manifestação fora do aval do regime. A CLT foi promulgada sem os trabalhadores rurais, que eram a maioria (CASTRO, 2019). E mesmo assim, com vários direitos trabalhistas já efetivados, durante a guerra houve a suspensão desses direitos em várias indústrias que seriam estratégicas.

Quando vamos analisar historicamente a desigualdade de gênero, observamos que, em 1872 vemos nos dados do 10º Censo Nacional que 45,5% da população economicamente ativa era composta de mulheres. Em 1920, no 49 Censo, este número cai para 15,3% (ENGLERT, 2018). O processo de urbanização é crucial neste cenário. Ali aparece a necessidade de reordenamento na família e, conseqüentemente, da condição feminina.

Para atender essa demanda surge a medicina higienista, que alinhada às convenções sociais do período cria regras e normas para as relações familiares. Leia-se: uma abordagem “científica” para justificar uma suposta superioridade intelectual do homem sobre a mulher e a necessidade de serem elas as cuidadoras da família (ENGLERT, 2018).

Ao longo desse período ocorreram grandes mudanças na política nacional – do estado de exceção da Era Vargas até a entrada de um regime ditatorial militar de

supressão de direitos. O avanço de políticas específicas de gênero era lento em comparação com a crescente organização das demandas femininas.

Compreendendo as diferenças das regiões brasileiras podemos pontuar a ocupação do Brasil que se deu a partir do litoral, transformando essa parte do país de forma mais intensa e tornando-a mais densamente povoada, após o início da industrialização brasileira, por ser a região mais ocupada, a zona litorânea do Sul e Sudeste apresentaram maior concentração industrial o que impacta na qualidade de vida dessa população. Há também os quesitos de mão de obra e matéria-prima no desenvolvimento do Brasil que é fruto de ciclos econômicos de produção de café, cana-de-açúcar e, posteriormente, a atividade mineradora, e essas atividades se concentravam também nas regiões Sul e Sudeste.

Dando passos para trás, há fatores históricos do sistema em que vivemos hoje que permeiam explicações do porquê há a reprodução de relações desiguais, que são de extrema importância para compreensão deste “favorável” cenário do sistema de economias capitalistas mundial. Pois, o sistema capitalista surge de uma transição do feudalismo para necessidades que se alteraram na sociedade, sobretudo no modo de produção, em meados do século XVII. Apesar da transição ser lenta pois há uma dificuldade em separar a razão de fé (responsável pela maioria das decisões e legislações), nas características dessas necessidades encontramos o comércio, Estado, a economia mercantilista, relacionado a política de cercamentos em ascensão e, com o passar do tempo, a revolução industrial.

Importante pontuar que as necessidades alteradas foram principalmente de uma burguesia que almejava por mais poder. E, as condições que promoveram a ascensão do capitalismo foram compostas com base na exploração do trabalho e o controle dos meios de produção pela classe dominante (MARQUES, 2018). A partir dessa base estabeleceu-se caminhos e relações visando não mais a subsistência, e sim os interesses de quem detinha poder e capital.

Para Marx (1996), o sistema provocado pela divisão de classes somente beneficiaria a burguesia e a dominação, mantida pela superestrutura - chave elementar para que o sistema continuasse em funcionamento (ou seja, para que o proletariado continuasse aceitando a exploração). A mercadoria é dominante forma histórica, quando o salário também é dominante, “coisas” são mercadorias quando são trocadas no mercado - inclusive o trabalho e o dinheiro.

Marx parte de Hegel, mas discorda do idealismo proposto, sua dialética consiste no materialismo, onde há uma aparência que todos são iguais, mas na verdade somos diferentes. Portanto, seria a igualdade determinada pela desigualdade - quando se fala de relações naturais isso é, segundo Marx, apenas aparência e o que existe é o fetichismo.

Ainda em relação com a estrutura da desigualdade de classes sociais, Marx elabora em seu livro O Capital, abordando a relação desigual de forças em que a burguesia, mais forte e dona dos meios de produção, explorava o trabalho do proletariado, a classe social mais fraca e dona apenas de sua força de trabalho, expropriada pela burguesia. Há um abismo social imenso entre as duas classes, e essa relação era ainda mais nítida na atividade fabril inglesa do século XIX, em que não havia direitos trabalhistas.

O surgimento do excedente na produção no final das comunidades primitivas determinou novas relações entre os homens que passaram a assentar-se na exploração do homem pelo homem, ou seja, o trabalho humano passou a ser “lucrativo” para um determinado grupo social em detrimento da exploração do outro.

Assim, observamos a desigualdade social como fração desde as bases do sistema capitalista. Logo, é concretizada a partir do domínio do homem sobre a natureza - com a produção do excedente, a mais-valia corrobora para que estas condições sejam cada vez mais reproduzidas e transformadas no decorrer dos anos e séculos em que o sistema capitalista é predominante. Isso acontece porque o excedente produzido coletivamente passa a ser apropriado por uma minoria da sociedade. Assim, demonstra-se que a separação da função da produção e acumulação entre os homens foi determinada historicamente compondo um novo complexo social entre os homens - a desigualdade social.

Estas relações ocorreram no Brasil, entretanto, mais tardiamente. As regiões que possuem estados nas porções oeste e norte do Brasil tiveram uma ocupação e industrialização bem mais tardias que as demais, e ao decorrer do processo de industrialização há a sensação de que está se desenvolvendo economicamente, entretanto, - utilizando da narrativa de Marx - está agravando as situações de discrepâncias das classes sociais.

Logo, no Brasil podemos dizer que a desigualdade foi estruturada muito alta a partir desse processo de colonização, mas também o país perdeu diversas

oportunidades de entrar numa via diferente. A origem pode estar lá atrás, mas as saídas que os agentes públicos e a condução de políticas econômicas não tomou foram muitas. A própria interrupção da normalidade democrática contribuiu para isso (CASTRO, 2019).

Tal como expõe a CEPAL, a produção da igualdade é ainda um horizonte distante, dado que a perpetuação da desigualdade social se apresenta como traço histórico, estrutural e cultural marcante das sociedades latino-americanas, mesmo nos períodos em que os países da região experimentaram crescimento e prosperidade econômica (CEPAL, 2017). Porém, discute-se de uma visão diferente de Marx, a concepção cepalina, demonstrava o enorme e crescente hiato entre as nações ricas e pobres, resultado da nossa inserção na divisão internacional do trabalho. A solução proposta para a superação do subdesenvolvimento era a criação de vantagens comparativas, com adoção de políticas industriais ativas.

1.3 Formação e reprodução da desigualdade no Brasil: contribuição de Celso Furtado

O debate da desigualdade regional avançou a partir dos diagnósticos de Celso Furtado, economista brasileiro e um dos mais destacados intelectuais do país ao longo do século XX. Seus diagnósticos resultaram na criação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional, mas se esmoreceu nos anos oitenta e noventa, voltando a ser discutida no início do Governo Lula, quando se propôs uma nova política de desenvolvimento regional com o objetivo de arrefecer as acentuadas desigualdades persistentes nas regiões brasileiras: a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Para Furtado (2007), as desigualdades estão associadas ao subdesenvolvimento econômico do país e têm sua origem na formação brasileira, desde a colônia, tendo suas raízes na implantação da empresa agrícola de exportação e sua intensificação com o aumento da concentração da propriedade fundiária e o aprofundamento do processo de industrialização em meados do século XX. Este nosso modelo de desenvolvimento permitiu a reprodução da desigualdade já existente a todo o território nacional, mas é no Nordeste onde destacam-se os piores indicadores econômicos e sociais do país.

Os diagnósticos de Furtado sobre a desigualdade regional brasileira resultaram em formulações de políticas de desenvolvimento regional a partir da década de cinquenta. Até então a questão regional era vista apenas como um problema relacionado às secas do Nordeste. A partir das análises de Furtado e das pressões políticas desencadeada pela seca, pela concentração industrial em São Paulo e pelo intenso debate que se formava em torno da problemática do subdesenvolvimento nacional e regional (FURTADO, 2007), foi possível obter certo avanço no entendimento das soluções, e dos caminhos que levaram a essas disparidades regionais.

Segundo Celso Furtado, o Brasil é um exemplo de um país que, ainda que possa apresentar crescimento econômico, mantém as suas características de subdesenvolvimento, tal como a desigualdade, já que os países subdesenvolvidos passam por um processo de modernização que “[...] tende a agravar as desigualdades sociais, em função do avanço da acumulação” (FURTADO, 1983, p. 82).

CAPÍTULO 2: CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA NACIONAL SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA E A RELAÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL NO CONTEXTO DAS DIFERENTES REGIÕES

Colocado as bases teóricas do capítulo 1, este capítulo tem o intuito de apresentar a discussão que permeia a literatura nacional, a partir da elaboração de uma revisão sistematizada conjuntamente a um referencial teórico-metodológico o levantamento bibliográfico concernente ao entendimento da desigualdade nos novos padrões de desenvolvimento econômico e social do território brasileiro, inseridos no contexto da equidade. Dada esta percepção, o capítulo está organizado por cinco seções.

A primeira exibe a metodologia apoiada para a construção da revisão sistematizada da literatura nacional a respeito das correlações entre o conceito de economia brasileira e as desigualdades de gênero, raça e classe no contexto das diferentes regiões. A segunda levanta os argumentos gerais, de interesse da problemática envolvida no tema presente, dos 17 artigos incluídos na revisão, apresentados no Quadro-síntese. Adiante, procuramos apresentar esses argumentos gerais por meio das seções 3, 4 e 5. Nesse sentido, a terceira seção demonstra a abordagem sobre cada desigualdade envolvida no tema, entre gênero, raça e classe. A quarta seção trata da abordagem sobre as regiões da economia brasileira. A quinta seção abrange as expressões e construção das relações entre as desigualdades de raça, gênero e classe social e as regiões brasileiras. Em cada uma dessas seções a argumentação foi construída de acordo com a contribuição dos autores a cada temática.

2.1 Metodologia para a Revisão sistematizada de artigos científicos

No processo de entendimento das etapas e buscando compreender melhor o desenvolvimento da metodologia, iniciou-se a busca de artigos por palavras-chaves do tema, visando compreender a quantidade de produções científicas nacionais no tema e o embasamento teórico por parte dos artigos científicos que iria construir a base estrutural da monografia, buscando respostas a seguinte pergunta-base: **O que a literatura nacional tem discutido a respeito da relação entre a desigualdade, gênero/classe/raça no contexto das diferentes regiões da economia brasileira?**

A plataforma escolhida dada as considerações e a pergunta-base foi a Scientific Electronic Library Online (SciELO), biblioteca digital de livre acesso e modelo cooperativo de publicação digital de periódicos. Portanto, neste primeiro momento a busca foi por meio de palavras chaves, que coincidiam com o tema tratado, e a percepção de resultados satisfatório de publicações para estudo e revisão bibliográfica.

Nesse sentido, as buscas com as palavras chaves sozinhas da tabela trouxeram os seguintes resultados:

Palavras-chave	Resultados
economia brasileira	1.659
desigualdade	2.046
gênero	27.175
classe social	1.665
raça	8.081
regiões	11.627

Tratando-se de palavras chaves gerais, e que resultaram em resultados aquém do objetivo da pesquisa, os resultados poderiam trazer assuntos abrangentes demais. Decidiu-se então realizar outra busca, utilizando o booleano AND. E assim, juntando duas palavras chaves, como na tabela, a seguir:

Palavras Chave		Palavras Chave	Resultados
economia brasileira	AND	desigualdade	48
economia brasileira	AND	gênero	9
economia brasileira	AND	classe social	5
economia brasileira	AND	raça	6

economia brasileira	AND	regiões	74
desigualdade	AND	gênero	218
desigualdade	AND	classe social	96
desigualdade	AND	raça	100
desigualdade	AND	regiões	184

Os resultados com duas palavras chaves e utilizando o booleano AND foi bastante promissor e com intuito de restringir as publicações ao tema tratado, foi feita uma última busca com três palavras chaves e o booleano AND entre as palavras chaves:

Tabela 2

Palavras chave		Palavras chave		Palavras chave	Resultados
economia brasileira	AND	desigualdade	AND	gênero	1
economia brasileira	AND	desigualdade	AND	classe social	1
economia brasileira	AND	desigualdade	AND	raça	0
economia brasileira	AND	desigualdade	AND	regiões	7

Considerando os resultados, foram selecionadas as buscas que mais balanceiam resultados e palavras chaves, sendo assim, as palavras chaves com dois termos e o booleano AND. Em resumo, a seguir que condiz com o que se esperava de resultados, portanto, as palavras chaves na qual os resultados da busca extraídas foram:

economia brasileira	AND	desigualdade
economia brasileira	AND	gênero
economia brasileira	AND	classe social

economia brasileira	AND	raça
economia brasileira	AND	regiões
desigualdade	AND	gênero
desigualdade	AND	classe social
desigualdade	AND	raça
desigualdade	AND	regiões

Com o entendimento de usabilidade da plataforma, visualizou-se a possibilidade de adentrar a primeira etapa com mais segurança, identificando que os resultados foram possíveis e satisfatórios para o objetivo proposto.

Contudo, as próximas etapas seguiram com seis critérios de exclusão para filtrar artigos que condizem com o tema tratado e a pergunta estabelecida sobre o que a literatura nacional tem discutido a respeito da relação entre a desigualdade, gênero/classe/raça no contexto das diferentes regiões da economia brasileira. Os critérios foram: duplicados, tipo, título, resumo, disponíveis na íntegra e leitura na íntegra.

Ao todo foram 740 resultados e ao extrair os 740 resultados de busca começou a sistematização por uma planilha de excel. O primeiro filtro se deu por retirar os repetidos, por meio da ferramenta de duplicatas do excel, grifando-os para que fossem excluídos e assim, não adicionados nas etapas seguintes. Ao realizar a extração, 155 títulos foram excluídos, logo, restaram 585 publicações.

A segunda etapa de filtragem das publicações, consiste em distinguir o tipo de publicação com a finalidade de apenas selecionar os artigos acadêmicos disponíveis, ou seja, analisarmos se a publicação é tese, relatório, dossiê, editorial, artigo científico etc. Nesta etapa, a intenção era de selecionar apenas artigos científicos para a pesquisa, excluindo assim, os demais tipos de publicação. Ao final da identificação por tipo, obteve-se 567 artigos científicos incluídos para a próxima etapa.

Tipo de Texto	Títulos Totais
----------------------	-----------------------

Relatório	1
Dossiê	15
Editoriais	2
Total geral	18

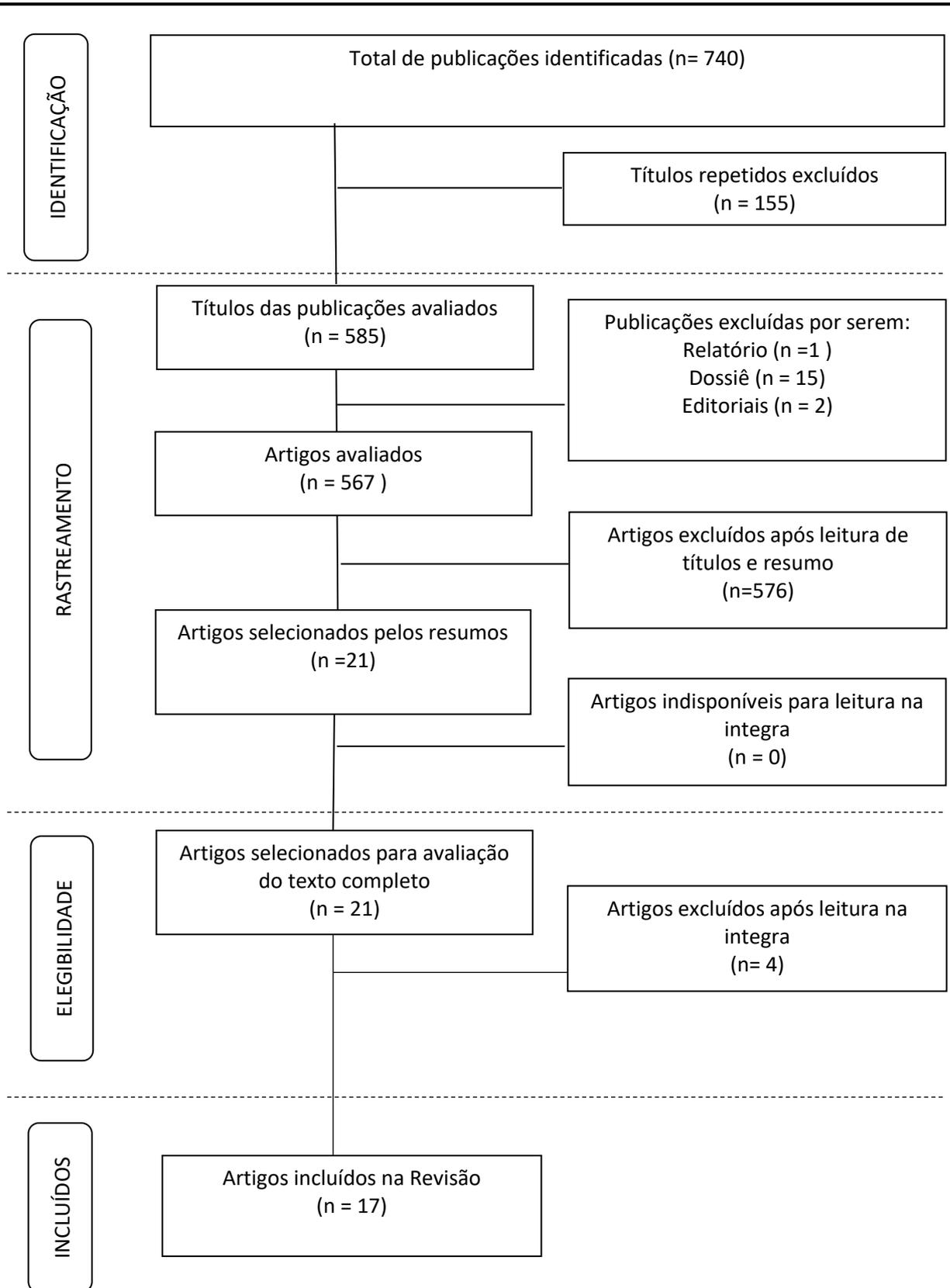
A próxima etapa integra uma revisão por títulos dos artigos, com a necessidade de rigorosidade ao eleger os títulos que identificavam se melhor ao tema e suas palavras-chave, já que a quantidade de artigos científicos se mostrava alta para a quantidade relativa esperada no final da revisão sistematizada. Ao final da etapa por títulos 446 artigos foram excluídos e, 121 prosseguiram para averiguação da próxima etapa.

Na quarta etapa, obteve-se um critério por resumo, e também por ano de publicação, com preferência em artigos dos últimos 15 anos. Houve ainda, aliado à leitura dos resumos, a compreensão do método de pesquisa em que cada artigo científico estava envolto, entendendo a dimensão de estudo e como as metodologias apresentadas no resumo somariam aos termos fundamentais da monografia. Ao concluir a etapa foram excluídos 100 artigos científicos, e encaminharam-se 21 artigos para a quinta e penúltima etapa de exclusão. A etapa compunha-se por entender a disponibilidade dos artigos científicos na íntegra e os 21 artigos estavam disponíveis para a leitura na íntegra, e não foi necessário a exclusão de nenhum artigo nesta etapa.

O último critério de exclusão foi por meio da leitura na íntegra, na qual houve um aprofundamento melhor entre os ligamentos do objetivo do tema e os artigos científicos. A partir dos 21 artigos foi realizada a leitura na íntegra de todos eles. Após essa etapa, ainda, optou-se pela exclusão de mais 4 artigos, uma vez que não se enquadravam na proposta desta pesquisa. Sendo assim, restaram 17 artigos considerados incluídos.

Essa dinâmica de seleção dos resultados de busca identificados é apresentada no fluxograma PRISMA conforme a Figura 1.

Figura 1. Fluxograma do processo de seleção dos artigos incluídos na revisão



2.2 Revisão Bibliográfica dos 17 artigos incluídos.

Para o conhecimento dos 17 artigos encontrados na literatura científica nacional, sintetizamos seus principais argumentos de acordo com o Quadro-síntese 1. Nele relacionamos os argumentos em três abordagens: a) sobre a abordagem entre desigualdades de gênero, raça e classe; b) sobre o contexto das diferentes regiões da economia brasileira e c) A relação entre desigualdades e as regiões brasileiras.

QUADRO 1: Relação de artigos incluídos segundo ano, autor, objetivo e metodologia

Autor – ano/ método	Objetivos	Abordagem sobre a desigualdade entre gênero, raça e classe	Abordagem sobre as regiões da economia brasileira	Relação entre desigualdades e regiões brasileiras
Pochmann e Silva, 2020 Quantitativo	Mostrar a relação entre concentração espacial da produção e desigualdade social no Brasil, fenômeno multidimensional que antecede o trabalho assalariado, mas que recebe maior atenção no avanço do processo de urbanização.	O artigo aborda que a concentração espacial da atividade produtiva rev erse como entrave ao desenvolvim ento nacional em bases sustentáv eis, visto que o fluxo de riqueza, a partir da produção, da renda e do consumo, produz, de um lado, excedente, mas, do outro, resulta em exclusão e escassez, cuja face se revela sob o símbolo da extrema pobreza, desvelando a desigualdade de classe.	Acredita-se que dotados de infraestrutura logística e educacional em condições semelhantes às do centro dinâmico da economia nacional, os estados periféricos apresentariam densidade econômica e capacidade de arrecadação fiscal semelhantes à dos estados mais ricos, com impactos sobre renda per capita, IDHM e outros indicadores socioeconômicos	Apresenta a análise setorial de renda e faturamento bruto das empresas e como estes indicadores revelam o abismo entre Norte/Nordeste e Sul/Sudeste.
Cruz; Teixeira; Monte-Mor, 2015 Métodos Econométricos	Busca se compreender o efeito da desigualdade no crescimento do Brasil, de forma a mitigar o problema de comparabilidade presente nas pesquisas cross-country	Aborda a desigualdade social, onde generaliza as desigualdades como sendo a "principal" no âmbito econômico, e como está se relaciona com o crescimento econômico.	Sugere resultados onde, não se pode rejeitar as hipóteses de não- linearidade entre desigualdade e crescimento, de incompletude dos mercados de crédito e o argumento de que políticas redistributivas mitigam o crescimento.	Sem abordagem da relação entre desigualdades e regiões brasileiras.
Nakabashi, 2020 Quantitativo	Análise da qualidade institucional no desenvolvimento das regiões brasileiras, através da verificação dos efeitos das instituições atuais no nível de desenvolvimento de cada região, e se as variáveis supostamente correlacionadas com as instituições do passado	Sem abordagem sobre desigualdade entre gênero/classe e raça	Existe consenso que a inovação tecnológica realizada de forma sistemática está no centro do processo de crescimento da renda e de desenvolvimento a partir da revolução industrial. Porém, em certos casos, não tiveram sucesso em termos econômicos, fazendo com que a diferença na capacidade de	Conclui-se que os fatores de produção, produtividade e o nível de renda das regiões brasileiras dependem, pelo menos parcialmente, da qualidade de suas instituições. Em outras palavras, as áreas mínimas comparáveis localizadas mais ao ul e sudeste do país, com maiores proporções de imigrantes

	(instrumentos exógenos) estão relacionadas com a qualidade das instituições atuais		produção e, dessa forma, de consumo sejam muito distintas dentro de um mesmo país, estado ou município.	estrangeiros (excluindo os de origem africana) e com maior participação de brancos na população total foram as regiões que desenvolveram melhores instituições e, dessa forma, alcançaram maior desenvolvimento econômico.
Benigno; Vieira; Oliveira, 2021 Quantitativo	Explicar o fenômeno de desigualdade entre homens e mulheres nas unidades federativas brasileiras e a atuação dos stakeholders do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).	Abordagem sobre desigualdade social e de gênero. E a conclusão que as dimensões que apresentaram o pior desempenho na questão do gênero foram a política e a econômica, portanto, é possível afirmar que as políticas públicas de gênero voltadas à saúde e à educação surtiram efeito ou que a natureza desses dois pontos sugere uma melhor distribuição desses direitos fundamentais entre os sexos.	Sem abordagem sobre as regiões da economia brasileira	Os resultados demonstram que os desempenhos das unidades federativas coincidem com os do país no sentido de serem positivos nas questões de saúde e educação, apesar de não apresentarem a paridade observada no trabalho original, e negativo no que se refere a economia e política. Obtiveram os melhores índices gerais Amapá, Distrito Federal e Maranhão, ou seja, concentram-se em Norte e Nordeste e os piores, Mato Grosso, Minas Gerais e Paraná do Sul e Sudeste.
Santos, 2021 Quantitativo	O artigo tem objetivo de tratar da transmissão intergeracional das desigualdades socioeconômicas usando dados recentes para o Brasil padrões de associação são analisados considerando suas variações por gênero e níveis da distribuição da renda	Classe social pode ser considerada um fator primário, já que a hierarquia de classe e a herança de classe explicam porque as desigualdades de mobilidade social se formam. Gênero seria um fator secundário, significativo no sentido de ser capaz, em certo grau, de modificar o efeito primário de classe.	Sem abordagem sobre as regiões da economia brasileira	Sem abordagem da relação entre desigualdades e regiões brasileiras.

<p>Melo; Morandi, 2021 Quantitativo</p>	<p>Revelar que as mulheres brasileiras aumentaram e melhoraram sua participação no mercado de trabalho, conseguindo aumentar seu rendimento no período. Mas, apesar de apresentarem escolaridade média superior à dos homens, ainda têm renda per capita de pouco mais de 50% da renda per capita dos homens. .</p>	<p>A perspectiva de gênero no estudo das relações socioeconômicas trata da emergência de uma forma mais consistente de analisar os papéis exercidos pelas mulheres e homens na sociedade, apreendendo as desigualdades e analisando, como um de seus componentes centrais, a assimetria de poder. Ainda, relata uma necessidade de hoje que algumas dessas estatísticas permitam estudos macroeconômicos com corte de gênero e cor/raça, visto que os dados mostram que há diferenças importantes entre rendimentos e oportunidades no mercado de trabalho quando essas características são consideradas</p>	<p>Sem abordagem sobre as regiões da economia brasileira</p>	<p>Sem abordagem da relação entre desigualdades e regiões brasileiras.</p>
<p>Silveira; Siqueira, 2021 Quantitativo</p>	<p>O artigo tem como objetivo medir a variação da segregação ocupacional e a disparidade salarial por gênero e raça em três grupos etários.</p>	<p>Abordagem sobre desigualdade social, raça e de gênero, onde o mercado de trabalho brasileiro é caracterizado pela segmentação ocupacional dos homens negros, discriminação salarial contra as mulheres brancas e uma combinação dos dois efeitos sobre as mulheres negras. As consequências da segregação, dos papéis de gênero e da discriminação estatística são salários mais baixos das mulheres, mesmo que se equivalham em posições e qualificações. trabalhadores negros, ao atingirem posições hierarquicamente mais elevadas, sofrem mais com a discriminação, chamado também de interação estrutural por Santos (2005).</p>	<p>Sem abordagem sobre as regiões da economia brasileira</p>	<p>Sem abordagem da relação entre desigualdades e regiões brasileiras.</p>

<p>Ribeiro, 2020 Quantitativo</p>	<p>Apresentar as tendências da mobilidade ocupacional intergeracional de homens, mulheres, brancos e negros no Brasil usando dados de 1996 e 2014.</p>	<p>Discorre se as mudanças na família de origem se dão em ritmos diferentes entre indivíduos brancos e negros. Os trabalhadores brasileiros encontram oportunidades significativamente diferentes no mercado de trabalho, conforme o status socioeconômico da família de origem. A persistência intergeracional é mais forte para mulheres (filhas adultas) do que para os homens (filhos adultos). Mas a mobilidade de homens e mulheres deve ser interpretada com cautela, visto que a participação das mulheres no mercado de trabalho varia muito segundo a idade e que no mercado de trabalho há segregação de gênero — as mulheres tendem a ter status ocupacional mais baixo.</p>	<p>Sem abordagem sobre as regiões da economia brasileira</p>	<p>Sem abordagem da relação entre desigualdades e regiões brasileiras.</p>
<p>Proni; Gomes, 2015 Quantitativo</p>	<p>Dado que a maioria das ocupações precárias no Brasil é exercida por negros e mulheres. Apesar do bom desempenho do mercado de trabalho até 2013, permaneceu elevada a disparidade entre brancos e negros, bem como entre homens e mulheres. Pretende se então, verificar se a questão racial e a de gênero contribuem para a reprodução da precariedade.</p>	<p>O artigo descreve o entendimento de que a elevada proporção de trabalhadores negros — em especial, de mulheres negras — em situação ocupacional muito precária sugere a existência de processos de segregação social, que se refletem na forma de inserção no mercado de trabalho. O acesso à escola e a formação profissional são condições necessárias para evitar a segregação, mas não suficientes para superar o quadro crônico de desigualdades.</p>	<p>Sem abordagem sobre as regiões da economia brasileira</p>	<p>Embora tenha havido melhoria significativa nos indicadores sociais ao longo da década passada — resultado da combinação de políticas públicas universais e focalizadas —, nos primeiros anos da década atual as desigualdades sociais mantinham-se elevadas, inclusive em razão das profundas disparidades regionais. E isso se explica, em grande medida, pelo persistente contraste entre a condição social dos brancos e a dos negros (com especial ênfase para a vulnerabilidade</p>

				social de parcela expressiva das mulheres negras), o que evidentemente remete às desiguais formas de inserção no mercado de trabalho.
Leite; Salas, 2014 Quantitativo	Analisar a realidade nacional a partir da recuperação da sua dinâmica interna; esta aponta para melhorias na inserção ocupacional das mulheres e da população negra, ainda que persistam grandes desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro.	Há a compreensão de sublinhar duas evidências que os dados trazem à tona. A primeira é a relativa estagnação da força de trabalho industrial, consequência das dificuldades que a indústria vem enfrentando nos últimos anos. A segunda consiste no constante aumento dos trabalhadores por conta própria; se levarmos em conta as suas condições de trabalho e especialmente o baixo rendimento que auferem, fica claro que as políticas em curso não têm bastado para diminuir essa forma precária de inserção ocupacional, o que significa, para a economia do país, um bolsão de trabalho de baixa produtividade.	Sem abordagem sobre as regiões da economia brasileira	Sem abordagem da relação entre desigualdades e regiões brasileiras.
Azeredo, 2010 Quanti-qualitativa	O texto norteia-se pela pergunta: em que medida a desigualdade de gênero pode incidir sobre a condição de pobreza e as formas de proteção das famílias? Pensando em qual o lugar da mulher nas famílias pobres.	Para a autora do ponto de vista econômico-social, a desigualdade não pode ser pensada enquanto um conceito em si, só tendo sentido se estabelecida às relações históricas e inter-relacionadas entre os papéis sociais e as estratificações que colocam os sujeitos em posições favoráveis ou desfavoráveis em termos de lugar social. Por sua vez, estabelece oportunidades desequilibradas e injustas, conferindo à mulher responsabilidades cada vez maiores, para cuidar e prover sua família. O caráter multidimensional da pobreza	Sem abordagem sobre as regiões da economia brasileira	Sem abordagem da relação entre desigualdades e regiões brasileiras.

		e a pluralidade dos modos de ser e viver das famílias afetam diretamente a mulher, enquanto figura central da esfera doméstica.		
Bertoncelo, 2016 Quanti- qualitativa	O objetivo central do artigo é reconstruir o espaço das classes sociais no Brasil. Combinando a análise de correspondências múltiplas e análise hierárquica de cluster	Na sociologia brasileira há, ao menos, três conjuntos razoavelmente bem delimitados de estudos de classe: perspectiva bourdieusiana, perspectivas neweberiana e neomarxista e os de tradição marxista. O espaço atual das classes sociais consiste em uma estratégia indutiva que deixa entrever como as fronteiras de classe (entre posições relativas vizinhas no espaço social) são continuamente reproduzidas, disputadas e redesenhadas na prática social: as estratégias de reprodução confrontam-se com estratégias de usurpação, acumulação ou reconversão de capitais, em que estão em jogo as taxas de conversão e de retorno dos capitais.	Sem abordagem sobre as regiões da economia brasileira	Sem abordagem da relação entre desigualdades e regiões brasileiras.
Santos, 2009 Estudo Econométrico	Considerando a noção teórica de que as divisões sociais geram efeitos derivados da sua interação estrutural, o autor estima a distância de gênero de renda entre os grupos branco e não branco (pretos e pardos) no Brasil.	Para o autor, do ponto de vista teórico, omitir gênero ou raça implica assumir que a atribuição de recompensas é neutra em relação ao fator omitido. Em um modelo estatístico, isso representa um erro de especificação, pois se está suprimindo uma variável relevante, correlacionada com variáveis independentes no modelo, o que enviesará as estimativas dos efeitos das variáveis independentes correlacionadas. No estudo das relações entre gênero e raça na produção de desigualdade ganhou	Sem abordagem sobre as regiões da economia brasileira	Sem abordagem da relação entre desigualdades e regiões brasileiras.

		curso a tese da “dupla desvantagem”, em que a pessoa que ocupa uma posição subordinada em mais de uma hierarquia sofreria da soma das desvantagens de ambas as dimensões.		
Silveira, Muniz, 2014 Quantitativo	Discutem qual situação coloca o indivíduo em maior desvantagem: a cor da pele ou o local de residência, e qual é o diferencial de renda entre brancos e negros dentro de uma mesma região metropolitana.	Explora-se a associação entre segregação residencial e desigualdade racial, as disparidades raciais são reconhecidas como componentes da dinâmica social brasileira, tendo em vista o atual debate acerca de políticas afirmativas raciais que se justificam pela redução dessas desigualdades.	A dinâmica existente nas metrópoles brasileiras mecanismos de reprodução da pobreza dada a concentração de famílias em situações desfavoráveis no mercado de trabalho. Essa configuração da distribuição espacial da população nas regiões metropolitanas brasileiras é válida devido ao capital social potencialmente homogêneo formado nas periferias e os impactos disso no acesso a informações sobre vagas de empregos. Considera se importante a comparação entre as regiões metropolitanas, mas também dentro delas, tomando como preceito que as metrópoles são ocupadas desigualmente pelos grupos sociais.	Pontua-se a necessidade de estar atento às diferenças regionais quando se deseja mensurar experiências discriminatórias já que diferenças na composição racial dessas populações, seguramente influenciam as formas de sociabilidade manifestadas em cada uma delas, não apenas do ponto de vista racial, mas também na perspectiva de outras dimensões de desigualdade e tratamento interpessoal, como classe, gênero e idade, entre outras.
Rocha, 2018 Quantitativo	Identificar as classes sociais, definidas com base no exercício de direitos e poderes sobre recursos produtivos, a partir de seu posicionamento no espaço social definido por atitudes referentes ao trabalho, à vida familiar, à vida comunitária, a práticas de consumo cultural, e a posturas políticas.	. Mais que uma mera repercussão subjetiva da desigualdade entre as classes, a distribuição da autoconfiança produtiva deve ser compreendida como algo a reproduzir essa desigualdade, dado o seu potencial de operar como fator de legitimação e de acomodação.	Ao espaço social, ele passa a ser definido a partir de um conjunto de escalas, adotado com o objetivo de investigar atitudes referentes ao trabalho, à família, à comunidade, a práticas de lazer e de consumo cultural e, também, com relação à política.	Sem abordagem da relação entre desigualdades e regiões brasileiras.

<p>Araújo, Flores, 2017 Quantitativo</p>	<p>Apontam afirmativamente a questão das políticas redistributivas centralizadas induzirem resultados desiguais entre os territórios.</p>	<p>Sem abordagem sobre desigualdade entre gênero/classe e raça</p>	<p>O texto permeia que desde os esforços sistemáticos realizados por Celso Furtado na tentativa de pensar ações que pudessem integrar as regiões Norte e Nordeste ao projeto de desenvolvimento nacional¹⁹, o conjunto de políticas implementadas com o objetivo de sanar esta questão não logrou sucesso (Ferreira 2004). Alguns analistas sugerem que o aumento médio das rendas provocado pelo crescimento econômico recente colaborou para uma tendência de redução das disparidades regionais no Brasil.</p>	<p>Embora a adoção de políticas de redistribuição de renda no nível interpessoal seja importante para suavizar as tendências de extrema pobreza, estes ganhos em bem-estar não reduzem mecanicamente as disparidades entre as regiões brasileiras. A redução da pobreza regional tem sido acompanhada, no entanto, do aumento da desigualdade entre as regiões, uma vez que as regiões continuam a contribuir de forma desigual para a concentração total de pobreza do país.</p>
<p>Ribeiro, Almeida, 2012 Estudo econométrico</p>	<p>Analisar a hipótese de convergência local para as áreas mínimas comparáveis.</p>	<p>Sem abordagem sobre desigualdade entre gênero/classe e raça</p>	<p>É importante ressaltar que em um país com “dimensões continentais” como o Brasil, onde as diferenças entre as regiões são tão evidentes, um trabalho sobre crescimento econômico e sobre convergência de renda per capita que não considere tais diferenças, pode apresentar resultados que não sejam robustos e, conseqüentemente, que não representem bem a realidade.</p>	<p>Se por um lado as diferenças encontradas entre os processos de crescimento dos municípios brasileiros sugerem que a região nordeste, por seus municípios ainda estarem distante das rendas de equilíbrio, apresenta chances de reduzir a desigualdade de sua renda frente aos municípios mais ricos do país.</p>

A começar dos argumentos gerais dos artigos incluídos nesta revisão, indicados no Quadro-síntese, procuramos apresentá-los seguindo as três abordagens, conforme as próximas seções 3, 4 e 5.

2.3 Circunstâncias da desigualdade de gênero, raça e classe social

A abordagem da literatura nacional sobre as circunstâncias da desigualdade de gênero, raça e classe social não é uniforme. Ou seja, há por parte de alguns autores, há concepção diferentes e desigualdade em contexto cultural, histórico e a de indicadores. Por essa razão, esta seção foi dividida em 4 partes, a seguir.

2.3.1 Sobre a questão de gênero

A questão do gênero no Brasil para a literatura nacional é abordada como um contraste de posição social entre mulheres e homens, ou a divergência ou o conjunto dessas divergências no que se alude as suas dinâmicas no mundo, de acordo com Santos (2021):

Desigualdades de status de gênero estão assentadas em crenças culturais compartilhadas que associam maior valor social e competência a pessoas de um grupo, em vez de outro. (SANTOS, 2021, p. 1)

Adicionando a essa contribuição temos Benigno et al (2021) com a conceituação:

A lacuna de gênero pode ser entendida como qualquer diferença ou como o conjunto de diferenças entre mulheres e homens no que se refere às suas atuações na sociedade, sendo que diferentes entendimentos desse tema podem ser encontrados na literatura. (BENIGNO et al, 2021, p. 484)

Trata-se também de uma concepção histórica supremacia patriarcal onde mulheres brancas submissas tem deveres com o lar e apenas com o lar, enquanto seus maridos são provedores da economia doméstica, e no contexto de mulheres pretas e pardas são escravas domésticas com papéis definidos de servir a família branca, ou de serviços em lavouras. Na visão de Melo; Morandi (2021):

O conceito de relações de gênero é uma construção histórica e social do feminino e do masculino, que interpreta as relações sociais que se estabelecem entre os sexos e vividas na sociedade mundial com forte assimetria. Assim, a perspectiva de gênero no estudo das relações socioeconômicas trata da emergência de uma forma mais consistente de analisar os papéis exercidos pelas mulheres e homens na sociedade, apreendendo as desigualdades e analisando, como um de seus componentes centrais, a assimetria de poder. Isso porque a ideologia da natureza feminina criou uma cortina de fumaça que obscureceu as formas de viver das mulheres. A rigor, na produção acadêmica, as mulheres apareciam e ainda aparecem apenas como uma categoria estatística. (MELO; MORANDI, 2021, p. 4).

Atualmente, há uma certa diversidade de indicadores internacionais que visam medir a desigualdade de gênero, no artigo de Benigno et al (2021) aborda-se brevemente sobre os principais:

Diversos índices internacionais buscam medir a disparidade de gênero por meio de uma série de indicadores. O Gender Inequality Index (GII), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), utiliza indicadores relacionados a saúde reprodutiva, empoderamento (político e educacional) e condição econômica. O Gender Development Index (GDI), também elaborado pelas Nações Unidas, mede a desigualdade de gênero por meio de três dimensões: saúde, conhecimento e padrão de vida (United Nations Development Programme, 2019). O Global Gender Gap Report (GGGR), por sua vez, trata a lacuna entre os gêneros como o conjunto de diferenças atrelado a questões de saúde, educação, economia e política (World Economic Forum [WEF], 2018). Nota-se que há semelhanças no tocante às dimensões consideradas no cálculo de índices internacionais de lacuna de gênero. (BENIGNO et al, 2021, p. 484)

Ainda sobre o artigo de Benigno et al, há um aprofundamento sobre Global Gender Gap Report (GGGR), e a posição do Brasil em relação ao importante indicador, que deixa o entendimento do cenário de gênero no Brasil como um todo,

O GGGR é publicado anualmente, desde 2006, pelo Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês) e analisa a paridade de gênero nos países por meio de quatro dimensões: participação econômica e oportunidade, participação escolar, saúde e sobrevivência, empoderamento político. Na edição de 2018 do GGGR, o Brasil ficou na 95ª colocação no ranking de

paridade de gênero, entre 149 países classificados. Na América do Sul, o Brasil ocupa a penúltima colocação entre os 11 países classificados no GGGR, ficando na frente apenas do Paraguai, 104º colocado global. Apesar de o Brasil estar bem colocado nas dimensões de participação escolar, saúde e sobrevivência, nas outras duas dimensões o desempenho foi inferior à média global. A dimensão “participação econômica e oportunidade” considera variáveis relacionadas à participação feminina no mercado de trabalho e à igualdade salarial. Nessa dimensão, o Brasil ocupou a 92ª posição em 2018. (BENIGNO et al, 2021, p. 484)

Visando a construção de alguns aspectos importantes para o entendimento do efeito explícito na citação acima onde o Brasil, tem uma certa melhora nas dimensões de participação escolar, saúde e sobrevivência, porém nas outras duas dimensões, economia e política, o desempenho foi inferior à média global. Os autores sugerem uma questão bastante pontuada nos últimos anos em que o rendimento da mulher é inferior ao do homem, e ao fazerem a discussão do porquê este cenário está acontecendo no Brasil, levantam dados relevantes para a explanação desta questão:

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) sobre estatísticas de gênero mostram que o rendimento médio das mulheres naquele ano foi de R\$ 1.764,00, enquanto a renda média dos homens foi de R\$ 2.306,00 no mesmo período, ou seja, uma diferença de aproximadamente 23,5% em favor do sexo masculino. Outro dado que ajuda a entender a posição do Brasil nessa dimensão é que apenas 39,1% dos cargos gerenciais eram ocupados por mulheres, o que, em conjunto com os dados sobre rendimento médio, indica uma lacuna entre os gêneros. Na dimensão “empoderamento político” do GGGR, o Brasil teve o pior desempenho, ficando na 112ª colocação. Essa dimensão considera a diferença entre a quantidade de homens e mulheres que ocupam cargos importantes na política. No ranking global de mulheres em legislativos nacionais da Inter-Parliamentary Union (2019), o Brasil ocupa a 134ª colocação entre 192 países, resultado obtido em virtude da baixa representatividade das mulheres no Legislativo nacional. Dos 513 deputados federais eleitos em 2018, apenas 77 eram mulheres (15%), e dos 81 senadores em exercício, só 12 eram do sexo feminino (14,8%). Considerando que as mulheres representam 51,03% da população brasileira, segundo o censo realizado pelo IBGE em 2010, esses dados revelam que o país está distante de ter uma representação política igualitária entre os sexos. (BENIGNO et al, 2021, p. 485)

Sobre o contexto dos rendimentos e suas diferenças Melo; Morandi (2021), destacam uma visão por meio do PIB per capita:

Os valores estimados de PIB per capita feminino para o período 1991 e 2000-2015 mostram uma melhora na proporção entre o PIB per capita feminino e o PIB per capita masculino, passando de 42,2% em 2000 para 57,2% em 2015 (Tabela 2), com redução da desigualdade entre os montantes de renda apropriados por cada sexo. Apesar disso, também mostra a permanência da desigualdade, com prejuízo dos rendimentos da população feminina. Nessas duas décadas e meia, mesmo com o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, não houve melhoria proporcional dos rendimentos das mulheres. (MELO; MORANDI, 2021, p. 15)

Revela-se com os dados que mesmo que os âmbitos de acesso básico estejam em patamares melhores, os caminhos para mulheres terem a mesma participação nos diferentes contextos da sociedade são longos e necessitam de ações mais efetivas. Segundo Benigno et al (2021), utilizando da contribuição de Melo (2011) aponta que,

a despeito das outras dimensões, a participação política é a única em que não há indícios de melhora no GGGR de 2010 e que nesse tópico reside a maior disparidade de gênero no Brasil. Ainda é observada a maior lacuna na dimensão política na edição de 2018 e percebida uma estagnação na dimensão econômica. (BENIGNO et al, 2021 apud MELO, 2011 p. 490).

Para os autores Melo e Morandi (2021) em seus resultados abordam que,

Outro dado importante é que as linhas de tendência, que representam a evolução do PIB per capita feminino e masculino ao longo do período, são quase paralelas, o que mostra uma grande dificuldade para a eliminação da desigualdade da renda entre homens e mulheres no Brasil. Supondo que o PIB per capita de homens e mulheres cresce, a partir de 2015, à mesma taxa média de crescimento anual do período 2000-2015, ou seja, o PIBFpc crescendo a 3,1% a.a. e o PIBMpc a 1,1% a.a., seriam necessários mais 30 anos para que as mulheres alcançassem renda per capita média igual à dos homens no Brasil. (MELO; MORANDI, 2021 p.492)

Como não foram adotadas medidas específicas de política pública que promovessem a redução da desigualdade de rendimento entre homens e mulheres no Brasil, pode-se concluir que a melhoria da renda per capita feminina se deveu ao crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho. As mulheres eram 40% da PEA nacional em 2000 e chegaram em 2015 a 44%, ou seja, em 15 anos as mulheres elevaram em 10% sua participação no mercado de trabalho. Soma-se a isso o aumento do nível de escolaridade das mulheres no período analisado, com crescimento médio superior ao dos homens, com destaque para a maior participação das mulheres com grau de escolaridade superior (Melo; Morandi, 2021, p. 494).

Mesmo permanecendo a segregação de gênero na ocupação de postos de chefia e de gerência, a obtenção do diploma universitário possibilitou a elevação do rendimento, embora de forma não igualitária entre os sexos.

Para os autores Silveira; Siqueira, (2021), os padrões de segregação descrevem uma sobre representação de mulheres em ocupações chamadas de “tipicamente femininas”. Estas são caracterizadas por categorias de profissionais assalariados e no setor de cuidados e reprodução da vida, que apresentaram considerável crescimento nas economias pós-industriais. Ou seja, “crenças culturais levam a uma expectativa de que ocupações como professoras de educação básica, enfermeiras, cuidadoras e trabalhadoras de serviços administrativos sejam mais bem executadas por mulheres do que por homens, embora não haja nenhuma justificativa prévia para essa diferenciação”. As consequências das disparidades e da segregação, dos papéis de gênero e da discriminação estatística são salários mais baixos das mulheres, mesmo que se tenha os mesmos diplomas ou qualificações. (Silveira e Siqueira, 2021)

Benigno et al (2021) evidenciam que ao observarmos os desempenhos das unidades federativas há a coincidência com o desempenho do país no sentido de serem positivos nas questões de saúde e educação, apesar de não apresentarem a paridade observada no trabalho original, e negativo no que se refere a economia e política. O movimento geral de bons resultados em saúde e educação faz com que “esses subíndices percam peso no cálculo do índice geral, uma vez que apresentam pouca variação, ou seja, menor desvio padrão – por esse motivo, desempenhos

positivos nas questões econômica e política têm grande impacto na classificação geral” (Benigno et al, 2021 p.492).

Nesse sentido, e dadas as informações apresentadas, podemos afirmar que as políticas públicas de gênero voltadas à saúde e à educação surtiram efeito ou que a natureza desses dois pontos sugere uma melhor distribuição desses direitos fundamentais entre os sexos, demonstrando os ganhos que a luta pelo olhar do gênero vem ganhando ao longo das últimas décadas.

Isso não significa que tais aspectos devam ser deixados de lado pela esfera pública, e sim que as políticas relacionadas podem adquirir um novo papel de manutenção da situação atual e de correção de eventuais falhas, enquanto as políticas direcionadas aos outros subíndices devem ser mais incisivas no sentido de incluir cada vez mais a mulher na economia e na política. (BENIGNO et al, 2021, p. 497)

Portanto, diante desse cenário, torna-se imprescindível a participação do governo para a redução e eventual eliminação da lacuna entre os gêneros, e essa participação se dá por meio das políticas públicas, que encontram seu principal local de discussão e fomento na SPM (Benigno et al, 2021). Dentro da secretaria, o principal espaço de discussão dos problemas enfrentados pela população feminina é o CNDM, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher um órgão colegiado consultivo brasileiro – que tem uma estrutura que contempla com igualdade representantes da sociedade civil, trazendo e possibilitando a entrada desses atores para mais perto do centro de poder.

Além disso, na percepção os autores Melo; Morandi, 2021 discorrem:

A forma mais eficiente de se reduzir esse prazo e promover a igualdade entre gêneros é através da adoção de políticas públicas, como o aumento do número de creches e de escolas de tempo integral, e melhoria do transporte público com redução do tempo de deslocamento. Esses são alguns exemplos de políticas capazes de melhorar a competitividade da mulher no mercado de trabalho, por ser ela a maior responsável, na média, pelo cuidado dos filhos. (MELO; MORANDI, 2021, p. 19)

2.3.2 Sobre a questão da raça

O Brasil tem uma trajetória desigualdade racial, desde as suas bases colonialistas permearem por seu território, a literatura nacional tem avançado na questão da raça a passos longos, desde que a falsa ideia de que o país por ser diverso, não reproduziria em sua cultura o racismo. O entendimento dos conceitos de racismo estrutural, por exemplo norteiam as investigações e abordagens mais recentes pelos autores Ribeiro (2020), Proni; Gomes (2015), Leite; Salas (2015), Silveira; Muniz (2014), com contribuição de autores em sua maioria do começo do atual século, e a explícita compreensão em que não se desenvolve econômico e socialmente sem caminhos de evolução das oportunidades iguais.

Segundo Silveira; Muniz (2014), que retratam variações intra e Inter metropolitanas da desigualdade de renda racial:

De fato, as disparidades raciais são reconhecidas como componentes da dinâmica social brasileira, tendo em vista o atual debate acerca de políticas afirmativas raciais que se justificam pela redução dessas desigualdades. Estudos sobre diferenciais de rendimento, mobilidade intergeracional e inserção no mercado de trabalho abordam constantemente a desvantagem dos negros em comparação aos brancos (...). (SILVEIRA, MUNIZ, 2014 p. 267)

Os autores relatam ainda, que,

Esses estudos apontam como pretos e pardos se encontram em condições desfavoráveis em relação aos brancos, seja pela desigualdade de acesso, de recompensas ou de oportunidades, mensuradas, por exemplo, por níveis de escolaridade, salários ou inserção em posições de classe (Soares, 2000; Santos, 2009). (SILVEIRA; MUNIZ, 2014 apud SOARES, 2000; SANTOS, 2009 p. 268)

Ribeiro (2020) na análise sobre mudanças nas famílias dos jovens e tendências da mobilidade social de brancos e negros no Brasil, elabora um estudo quantitativo importante no âmbito das reproduções da desigualdade social. Portanto nos permite entender o grau que atualmente a desigualdade racial persiste e diferencia as oportunidades de famílias de brancas e não brancas, de acordo discussão:

No caso brasileiro, há consequências ainda mais interessantes: uma vez que as mudanças na família de origem se dão em ritmos diferentes entre indivíduos brancos e negros, podemos levantar a hipótese de que o

crescimento da participação das mães no mercado de trabalho teve efeitos distintos para brancos e negros. Em outras palavras, a participação das mães no mercado de trabalho trouxe mudanças que influenciam as tendências de mobilidade, que, em geral, são distintas entre brancos e negros. De fato, a literatura feminista já identificou que mulheres negras de classes mais baixas frequentemente são vítimas de tripla desvantagem, por sofrerem as consequências do machismo e do racismo, além das desvantagens de classe (Soares, 2000) — tripla desvantagem que às vezes é denominada de interseccionalidade de raça, gênero e classe (Ragin; Fiss, 2017). (RIBEIRO, 2020 apud SOARES, 2000/ RAGIN; FISS, 2017)

No contexto da análise de Ribeiro (2020), temos as conclusões que

Os resultados indicam que só houve diminuição da desigualdade racial na persistência intergeracional para os homens que cresceram em famílias nas quais pai e mãe tinham ocupação, e para as mulheres que cresceram em famílias nas quais apenas a mãe tinha ocupação. Para homens com origem em famílias nas quais somente um deles tinha ocupação, a desigualdade racial na persistência intergeracional permanece inalterada, ou seja, brancos permanecem tendo as mesmas vantagens em relação a negros, independentemente da coorte de nascimento. Para mulheres que cresceram em famílias nas quais apenas o pai tinha ocupação ou nas quais o pai e a mãe tinham ocupação, não há desigualdade racial nem mudança na persistência intergeracional ao longo das coortes. Esses resultados reforçam tanto a ideia de que o tipo de família de origem tem influência nas chances de mobilidade intergeracional como a de que a ocupação das mães se torna cada vez mais importante para explicar a persistência intergeracional. (RIBEIRO,2020, p. 270)

Mesmo visualizando um cenário difícil e de necessidade de melhoria Ribeiro, (2020) pontua que há uma revelação onde encontra se diminuição da desigualdade racial na persistência intergeracional entre homens e mulheres mais jovens no País.

Quando olhamos o artigo de Proni e Gomes (2015) vemos uma outra perspectiva no âmbito de indicador, mas com a mesma intenção de explorar a questão da desigualdade racial e demonstrar que há sim, caminhos para percorrer. Os autores investigam a precariedade ocupacional tendo em ênfase uma questão de gênero e raça. Em seu texto encontramos a seguinte análise:

A população negra é muito mais afetada pela precariedade ocupacional (...). Em 2009, 44,6% dos trabalhadores que declararam ter a cor da pele “preta” ou “parda” (incluindo os indígenas) podiam ser classificados como trabalhadores informais precários, contra 29,4% dos que declararam

ter a pele “branca” ou “amarela”. Em 2013, essas porcentagens haviam diminuído em ambas as categorias: 38,7% contra 23,8%. Considerando as situações mais vulneráveis (trabalho sem remuneração e rendimento mensal inferior ao salário mínimo), a redução foi expressiva tanto entre os negros (de 30,2% para 24,6%) como entre os brancos (de 17,4% para 13,1%). (PRONI; GOMES, 2015, p. 145)

Tendo em vista essa análise, mesmo que com a redução expressiva da precariedade, a população negra tem maiores percentuais, portanto, Proni; Gomes (2015) aponta:

[...]A elevada proporção de trabalhadores negros – em especial, de mulheres negras – em situação ocupacional muito precária sugere a existência de processos de segregação social, que se refletem na forma de inserção no mercado de trabalho. O acesso à escola e a formação profissional são condições necessárias para evitar a segregação, mas não suficientes para superar o quadro crônico de desigualdades. (PRONI; GOMES, 2015, p. 149)

Ao olharmos o texto de Leite; Salas, 2015 sobre trabalho e desigualdades sob um novo modelo de desenvolvimento, apontam o desemprego entre os negros é maior do que entre os brancos; entretanto, entre os primeiros, a queda (3,2%) é ligeiramente superior à observada entre os últimos (3%).

De maneira geral, muitos indicadores apresentam a reprodução da desigualdade racial e o consenso de se ter uma falta de preocupação, principalmente porque além do âmbito da oportunidade e ascensão, temos a discriminação. Na qual é grande impeditivo de evolução como sociedade, e a falta desta percepção é sentida pela maioria das abordagens que tratam da questão da raça.

2.3.3 Sobre a questão da classe

A questão de classe permeia algumas áreas distintas de conhecimento, porém de todo modo complementares, em sua abrangência de conceito, alguns autores preferem acolher-se a um, como Bertoncelo(2016) e Rocha (2018). Bertoncelo (2016) abrange brevemente este assunto:

Na sociologia brasileira há, ao menos, três conjuntos razoavelmente bem delimitados de estudos de classe. Existem aqueles informados pelas

perspectivas neweberiana e neomarxista, que enfocam a construção de esquemas de posições de classe, com base em critérios objetivos, teoricamente fundamentados e definidos a priori, a fim de investigar os efeitos das relações de classe sobre as chances de vida dos indivíduos (Ribeiro, 2011; Santos, 2011). (BERTONCELO, 2016 apud RIBEIRO, 2011; SANTOS, 2011)

De acordo com Bertoncelo (2016), há outro conjunto de estudos, definidos por um estilo de investigação sociológica que enxerga nas classes sociais agentes coletivos de controvérsia, estes estudos são moldados pela tradição marxista, que trazem ao centro da investigação a tentativa de articular economia e política.

Por fim, alguns estudos privilegiam a investigação dos modos de existência e de reprodução das classes entendidas como coletividades sociais, tendo como principal influência a obra de Pierre Bourdieu. (BERTONCELO, 2016, p. 73)

E este é seguido por Bertoncelo (2016) que decorre em seu texto sobre o espaço das classes sociais no Brasil, dado que é este o objeto de exploração pelo autor, há também uma apresentação da dinâmica do modelo teórico de Bourdieu:

Em suma, o modelo teórico proposto por Bourdieu implica a sobreposição de três esquemas analíticos: o espaço social, o habitus e o espaço dos estilos de vida, sendo o habitus o elemento que medeia a transmutação das diferenças objetivas em signos distintivos. Vê-se, assim, que o espaço social é, simultaneamente, uma estrutura de relações objetivas, que está na origem dos esquemas de percepção, classificação e ação que orientam a prática, e um conjunto de lugares estratégicos a partir dos quais os agentes lutam em torno da apropriação (e valorização) do capital e da imposição de princípios de classificação e de (di)visão do mundo. (BERTONCELO, 2016, p. 74)

Considerando este modelo, para a compreensão de Bertoncelo (2016) talvez esta seja a peculiaridade do espaço das classes sociais no Brasil em comparação com sociedades capitalistas avançadas: “as regiões do espaço social marcadas pela destituição e desqualificação abrigam uma proporção relativamente muito significativa de indivíduos e famílias.” Para Bertoncelo (2016) a dinâmica ainda tem uma estratégia na qual avista se a reprodução da desigualdade de classe:

A meu ver, uma estratégia indutiva deixa entrever como as fronteiras de classe (entre posições relativas vizinhas no espaço social) são continuamente reproduzidas, disputadas e redesenhadas na prática social: as estratégias de reprodução confrontam-se com estratégias de usurpação, acumulação ou reconversão de capitais, em que estão em jogo as taxas de conversão e de retorno dos capitais (por exemplo, credenciais escolares) possuídos pelos agentes e o valor dos capitais relevantes nos diferentes campos em que a vida social se organiza. (BERTONCELO, 2016, p. 99)

De acordo com Rocha (2018) a posição de classe deveria, assim, ser determinada simultaneamente pela profissão, renda, escolaridade, idade, extração social, pelo sexo, lugar de moradia e pelas mais diversas práticas de consumo cultural, entretanto, conclui:

Por outro lado, essa hierarquia parece ter relação discernível com posições de classe definidas em termos de poderes e direitos sobre ativos de capital, de qualificações escassas e de poderes organizacionais (Santos, 2005), coadunando-se com reflexões mais canônicas sobre classes sociais (Wright, 2009). À estrutura de distribuição de direitos e poderes sobre recursos produtivos, relaciona-se uma estruturação hierárquica da dignidade, compreendida não no sentido normativo, como atributo inerentemente humano, mas no sentido sociológico empírico, como classificação social baseada na distribuição objetiva de capacidades e de atribuições de estima (Souza, 2009). Mais que uma mera repercussão subjetiva da desigualdade entre as classes, a distribuição da autoconfiança produtiva deve ser compreendida como algo a reproduzir essa desigualdade, dado o seu potencial de operar como fator de legitimação e de acomodação. (ROCHA, 2018, p. 798)

Rocha, 2018 identifica que, embora haja essa reprodução, há também contingência na relação entre o plano das posições de classe e o plano das atitudes. A autoconfiança produtiva encontra-se, ainda que relativamente menos, em segmentos de classes trabalhadoras e populares. “Nesse sentido, ela pode operar como disposição para a transformação, como impulso para a inserção produtiva”. Poderia, portanto, ser um meio no qual, olharemos para as classes sociais, principalmente no âmbito das disparidades reproduzidas no contexto da questão da classe social no Brasil.

2.3.4 A desigualdade entre gênero, raça e classe social

Ao relacionarmos desigualdade de gênero, raça e classe social, compreendemos como três elementos de sobreposição entre si, que desequilibram o sistema, e impossibilitam a evolução igualitária, que deveria ser um direito de todos. Alguns autores veem a dinâmica através primeiro do ponto da raça (Santos, 2009), e após esta hierarquia, o impacto de gênero e classe, ou ao olhar apenas os dois último em um de seus artigos Santos (2021) descreve:

Classe social pode ser considerada um fator primário, já que a hierarquia de classe e a herança de classe explicam porque as desigualdades de mobilidade social se formam. Gênero seria um fator secundário, significativo no sentido de ser capaz, em certo grau, de modificar o efeito primário de classe (Bukodi e Goldthorpe, 2020). (SANTOS, 2021 apud BUKODI E GOLDTHORPE, 2020)

Há uma crítica de Melo e Morandi (2021) aos que olham para uma teoria, que não da luz as questões de raça e gênero principalmente na abordagem do desenvolvimento:

A teoria neoclássica restringe sua análise às relações de mercado, o que a impossibilita explicar conflitos ou desigualdades, dado que o mercado pressupõe relações de liberdade de escolha e independência, levando em conta os preços e as preferências individuais. Portanto, a decisão entre trabalho remunerado e não remunerado é também uma escolha ótima e, presume-se, seja a maximização da utilidade conjunta dos membros da família. A teoria marxista, por sua vez, estende sua análise do modo de produção capitalista às famílias e agrega as pessoas da família (homens, mulheres, crianças) de forma indiferenciada em classes sociais, supondo ser suficiente a sua análise crítica ao capitalismo (FOLBRE, 1986). (MELO; MORANDI, 2021, p. 6)

Analisando essa abordagem por um lado histórico, Proni; Gomes (2015) pontua um momento do passado brasileiro que teve impactos quase que irredutíveis:

Durante o período do regime militar essa questão não foi priorizada, sendo até mesmo reprimido o debate em torno da discriminação racial (Domingues, 2007). O ponto de ruptura que permitiu alargar o escopo e aumentar o grau de efetividade da política social brasileira veio com a nova institucionalidade do sistema de proteção social inscrita na Constituição Federal de 1988 e a ampliação dos direitos sociais. Mas a redução das

desigualdades sociais e a diminuição da pobreza só avançaram de forma sustentada a partir de 2004, quando se configurou um quadro macroeconômico mais favorável e uma trajetória de reestruturação do mercado de trabalho nacional. Apesar das melhorias graduais, a política social executada não foi, porém, capaz de assegurar o acesso a serviços de uso coletivo e universalizar a seguridade social. Embora essencial, a agenda de crescimento econômico por si só não foi suficiente para superar a exclusão social e propiciar um desenvolvimento com equidade (PRONI; GOMES, 2015, p.139).

Portanto, do ponto de vista econômico-social, a desigualdade não pode ser pensada enquanto um conceito em si, só tendo sentido se estabelecida às relações históricas e inter-relacionadas entre os papéis sociais e as estratificações que colocam os sujeitos em posições favoráveis ou desfavoráveis em termos de lugar social. Em geral, as mulheres recebem salários mais baixos que os homens, apresentam taxas de rotatividade mais altas nos seus respectivos trabalhos, atuam mais comumente nos setores de serviços e informal e, na indústria, estão concentradas apenas em alguns ramos manufatureiros. Essa diferença também ocorre quando se analisam os dados do mercado de trabalho com corte de sexo e cor/raça.

As análises temporais, portanto, demonstram que os índices de segregação e discriminação por gênero e raça apresentam melhoras lentas e erráticas. Isso contraria, de certo modo, as expectativas da chamada teoria da modernização, que preconizava que o desenvolvimento da ordem competitiva tornaria as desigualdades de origem menos aceitáveis, uma vez que ela é contraditória à ideologia meritocrática. (SILVEIRA; SIQUEIRA, 2021 p. 5)

Segundo Silveira; Siqueira, 2021 em seu texto sobre, segregação ocupacional e diferenciais de renda por gênero e raça no Brasil, analisando grupos etários

O mercado de trabalho brasileiro é caracterizado pela segmentação ocupacional dos homens negros, discriminação salarial contra as mulheres brancas e uma combinação dos dois efeitos sobre as mulheres negras (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1999; SILVA, 1999; SOARES, 2000; OLIVEIRA; RIOS-NETO, 2004; 2006; SANTOS, 2005; 2008). Nesse contexto, comum às décadas de 1980 e 1990, foram inseridas algumas mudanças políticas e econômicas, como universalização do ensino fundamental, expansão do ensino superior, contínuo aumento da participação feminina desde os anos

1970, além da queda da contribuição da indústria de transformação a partir da década de 1980 (KON, 2006; PRATES, 2018; SILVEIRA; LEÃO, 2020). (SILVEIRA e SIQUEIRA, 2021 p. 2)

Pontuam ainda, que

Embora o gênero seja o marcador não produtivo mais relevante para a segregação ocupacional, a raça também se mostra determinante e persistente (SILVEIRA; LEÃO, 2020). Em estudo anterior, observamos um “elitismo” da discriminação (SILVEIRA; LEÃO, 2020), em que trabalhadores negros, ao atingirem posições hierarquicamente mais elevadas, sofrem mais com a discriminação (SOARES, 2000; CAMPANTE et al., 2004; BAILEY et al., 2013), chamado também de interação estrutural por Santos (2005). (SILVEIRA e SIQUEIRA, 2021 p.4)

Em um recorte histórico os autores descrevem:

[...] entre 1986 e 2015, o Brasil se tornou ligeiramente menos segregado, sendo que, sobre a renda, o termo atribuído à segregação diminuiu por cor/raça e gênero. Já a discriminação contra as mulheres brancas diminuiu pouco e, para negras e negros, esse percentual até aumentou em alguns cenários, principalmente nos mais elitizados. (SILVEIRA e SIQUEIRA, 2021 p. 16)

Apesar de as políticas públicas e sociais terem um lugar específico no que se refere às formas de enfrentamento da pobreza, para Azeredo, 2010 acredita-se que sua contribuição poderia ser maior na redução de seu impacto caso houvesse, de fato, uma articulação entre diversos setores sociais como educação, emprego e renda, saúde, habitação, saneamento e urbanização. Deve-se se considerar a importância da formulação e da implementação de políticas intersetoriais, capazes de articular esses setores com a noção de que a pobreza é um problema coletivo. Essa é, sem dúvida, uma questão polêmica. Até mesmo os profissionais que atuam na linha de frente das políticas e programas sociais carecem de recursos objetivos e subjetivos capazes de conciliar as demandas com a qualidade dos serviços prestados. Segundo Azeredo ao que tange as desigualdades de gênero e classe:

Pensar desigualdade de gênero e associá-la ao fenômeno da pobreza implica questionamento de um contrato sexual truncado que, por sua vez, estabelece

oportunidades desequilibradas e injustas, conferindo à mulher responsabilidades cada vez maiores, para cuidar e prover sua família. O caráter multidimensional da pobreza e a pluralidade dos modos de ser e viver das famílias afetam diretamente a mulher, enquanto figura central da esfera doméstica. Desse modo, a conciliação entre os afazeres domésticos e o trabalho fora do lar, impõe um duplo esforço na administração do tempo. (AZEREDO, 2010 p.587)

Os autores, Proni; Gomes (2015) citam uma autora também que esta monografia também verifica a Marta Arretche (2015), pois em seu livro ela trata que entre 1960 e 2010, houve profundas transformações econômicas e sociais no Brasil.

Em 1960, a maioria da população brasileira ainda vivia na zona rural e três quartos eram funcionalmente analfabetos; no mercado de trabalho havia amplo predomínio masculino, pois uma porcentagem pequena das mulheres trabalhava fora de casa; e a desigualdade entre brancos e negros estava fortemente relacionada com a maior ou menor possibilidade de estudar e obter uma formação profissional. Em 2010, 85% da população viviam em cidades; praticamente todos os jovens conseguiam concluir ao menos o ensino fundamental; o analfabetismo funcional concentrava-se entre os mais velhos; as mulheres eram agora maioria no ensino superior; e deixou de haver segregação entre profissões tipicamente masculinas ou femininas, ou tipicamente exercidas por brancos e por negros. Mas, apesar do progresso social verificado em várias frentes, o Brasil continuava a ser um país bastante desigual, marcado por múltiplas assimetrias entre os pobres e a classe média, que se manifestam na renda do trabalho, no acesso a serviços públicos, ou mesmo na forma de participação política. Tais desigualdades econômicas e sociais continuavam a ser percebidas no contraste entre mulheres e homens ou de acordo com a cor da pele. (PRONI; GOMES, 2015, p.138)

Ainda de acordo com o texto de Proni; Gomes (2015):

Em 2015, à medida que a recessão econômica passou a afetar diretamente o mercado de trabalho nacional, aumentaram a taxa de desemprego e a porcentagem de ocupações informais, e ao mesmo tempo caiu o rendimento médio dos trabalhadores. De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE), a taxa de desocupação das pessoas de dez anos ou mais de idade em seis áreas metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife) aumentou de 4,9% em julho de 2014 para 7,5% em julho de 2015. É importante ressaltar que o desemprego aberto aumentou mais para as mulheres do que para os

homens: a taxa de desocupação masculina passou de 4,1% para 6,6%, enquanto a taxa feminina passou de 5,8% para 8,6% no mesmo período. Por sua vez, o rendimento médio real habitualmente recebido no trabalho principal sofreu uma pequena redução, entre julho de 2014 e julho de 2015, passando de R\$ 2.223,90 para R\$ 2.170,70 (no conjunto dessas metrópoles) (PRONI; GOMES, 2015, p.137).

Até recentemente, havia a percepção de que as desigualdades associadas ao sexo e à cor da pele vinham se reduzindo gradualmente no mercado de trabalho. Contudo, a atual recessão econômica e seus impactos sobre a geração de emprego formal e as oportunidades de renda mudaram essa perspectiva. Tem crescido, em consequência, a preocupação com os elos mais frágeis do mercado de trabalho, isto é, os grupos mais vulneráveis às oscilações do ciclo econômico.

Leite; Salas (2015) analisam que os resultados de suas análises abordam uma realidade bastante diferente de outros períodos, em que o país cresceu aprofundando a concentração de renda. No contexto de crescimento dos últimos anos, as políticas públicas voltadas à estruturação do mercado de trabalho tiveram um efeito significativo na melhoria das condições dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. Também as políticas voltadas à igualdade de gênero e raça no trabalho parecem “começar a mostrar resultados, conquanto um grande caminho ainda precise ser percorrido até que homens, mulheres, negros e brancos” possam desfrutar da igualdade de oportunidades de emprego, de remuneração e de acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários no Brasil.

É de suma importância como pontuado por Melo; Morandi (2021) do ponto de vista de indicadores das desigualdades:

Assim como o valor agregado do PIB não é suficiente para a análise macroeconômica, as estatísticas formadoras do PIB, como definidas na atualidade no Brasil, não são satisfatórias em alguns aspectos e requerem avanços metodológicos. Há uma necessidade hoje que algumas dessas estatísticas permitam estudos macroeconômicos com corte de gênero e cor/raça, visto que os dados mostram que há diferenças importantes entre rendimentos e oportunidades no mercado de trabalho quando essas características são consideradas. Essa preocupação, como comentado anteriormente, foi incluída nas diretrizes da ONU a serem seguidas pelos países que publicam o SCN próprio, e já são realizadas por alguns países na América Latina e no mundo. (MELO; MORANDI, 2021, p. 11)

Do ponto de vista teórico, omitir gênero ou raça implica assumir que a atribuição de recompensas é neutra em relação ao fator omitido. Em um modelo estatístico, isso representa um erro de especificação, pois se está suprimindo uma variável relevante, correlacionada com variáveis independentes no modelo, o que enviesará as estimativas dos efeitos das variáveis independentes correlacionadas (Santos, 2009).

2.4 O contexto das diferentes regiões da economia brasileira

Os principais autores que descrevem do contexto, pontuam com concepções históricas das diferentes regiões da economia brasileira indicam o ponto inicial como no período em que o Brasil era uma colônia, mas para indicar muitos dos fenômenos atuais retratam períodos onde o sistema republicano Brasileiro estava se consolidando. No início do século XX, o principal produto da pauta de exportação brasileira era o café, protegido desde o final do século XIX pelo Estado republicano por meio de desvalorização cambial, oferta de crédito e compra do produto excedente para atenuar os efeitos, primeiro, do excesso de oferta e, depois, da queda de demanda no mercado internacional. A produção do café se desenvolvera sobretudo na região Sudeste, em especial no estado de São Paulo, que, a partir da segunda década do século XX, já concentrava a produção industrial. O capital mercantil atrelado ao café se constituiu em reserva imprescindível ao financiamento da indústria nascente concentrada na mesma região.

Se o que se viu, do lado da produção, entre 1930 e 1970, foi uma trajetória ininterrupta de concentração espacial da atividade produtiva, com reflexos sobre a concentração de renda e o padrão de desenvolvimento dos entes federativos, na esfera social o esforço do Estado nacional foi tímido diante do empreendido anteriormente para salvar os produtores de café. Como discute Pochmann; Silva 2020, o Estado social, gestado no Estado Novo, nasce em um regime autoritário, restrito à classe trabalhadora urbana sem nenhum propósito de reduzir a desigualdade social ou de contemplar as camadas mais pobres, concentradas na área rural. O Estado social é implantado como estratégia para neutralizar opositores políticos e assegurar popularidade ao governo autoritário.

Da década de 1930 em diante, os esforços do governo federal direcionados à integração regional e ao modelo de substituição de importação favoreceram a região que já liderava a produção industrial nacional. Os investimentos públicos federais na indústria de base, bem como aqueles em instituições de ensino/pesquisa, ao lado da modernização da infraestrutura logística, no Sudeste, conferiram a essa região larga vantagem competitiva em relação às demais, pavimentando o caminho para o estágio seguinte do processo de industrialização, com o aprofundamento das desigualdades regionais. (POCHMANN; SILVA, 2020, pg. 3)

O Estado social que nasce de forma muito tímida, nos anos 1930, nunca foi capaz de compensar os efeitos das desigualdades regionais e sociais produzidas pelas forças capitalistas de mercado, nem mesmo após a Constituição Federal de 1988, que parecia consolidar o Estado social no país.

A partir da década de 1980, constata-se um tímido processo de desconcentração da atividade produtiva, graças a alguns esforços do Estado nacional em estimular atividades industriais além das fronteiras da região Sudeste, porém, sem força suficiente para eliminar o abismo que separa o bloco Norte/Nordeste do eixo Centro-Sul. No limiar do século XXI, assiste-se a uma nova tentativa de redução da concentração de renda, desta vez por meio da elevação do gasto social, da inclusão de pessoas no mercado de trabalho e da valorização do salário mínimo (80% pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, INPC, de 2002 a 2015), alcançando elevação do Índice de Desenvolvimento Humanos dos Municípios (IDHM, assim como redução do Índice de Gini e retirada de milhões de famílias da condição de extrema pobreza. (POCHMANN; SILVA, 2020, p. 4)

Do ponto de vista social, foram conquistas importantes, mas sem alterações relevantes na posição dos entes federativos que lideram o ranking nacional em participação relativa nos quatro grandes setores, nem na divisão regional do trabalho.

A grande diferença de renda entre as economias intriga e faz surgir diversos estudos a respeito dos processos de crescimento e de convergência de renda entre as regiões. Segundo Ribeiro Almeida, 2012, desde os trabalhos de Baumol (1986) e Abramovitz (1986), que indicam a existência de convergência de renda per capita entre as regiões, tal análise passou por diversas sofisticções.

O uso de metodologias que consideram a dependência espacial é importante, pois as externalidades de tecnologia existentes entre as regiões

afetariam as suas taxas de crescimento. Romer (1986), por exemplo, sugere que o investimento em capital não aumenta somente o nível de tecnologia local, mas também o nível de tecnologia das regiões vizinhas por meio dos transbordamentos de conhecimento. Já Ertur & Koch (2007) desenvolvem o modelo de Solow espacialmente ampliado. Tal modelo prevê que a taxa de crescimento de determinada região depende das taxas de crescimento dos seus vizinhos, bem como dos transbordamentos de variáveis explicativas, isto é dos transbordamentos espaciais de variáveis como taxa de poupança e nível de capital físico. (RIBEIRO; ALMEIDA, 2012)

Já na literatura nacional, não se encontram trabalhos que consideram a heterogeneidade espacial extrema, para Ribeiro; Almeida 2012. Entretanto, é importante ressaltar que em um país com “dimensões continentais” como o Brasil, onde as diferenças entre as regiões são tão evidentes, um trabalho sobre crescimento econômico e sobre convergência de renda per capita que não considere tais diferenças, pode apresentar resultados que não sejam robustos e, conseqüentemente, que não representem bem a realidade. (RIBEIRO; ALMEIDA, 2012)

Segundo Nakabashi (2020) existe consenso que a inovação tecnológica realizada de forma sistemática está no centro do processo de crescimento da renda e de desenvolvimento a partir da revolução industrial. No entanto, algumas regiões do globo não tiveram sucesso em termos econômicos, fazendo com que a diferença na capacidade de produção e, dessa forma, de consumo sejam muito distintas em diferentes países e, em certos casos, dentro de um mesmo país, estado ou município. (NAKABASHI, 2020 pg. 488)

A uma verificação dos efeitos das instituições atuais no nível de desenvolvimento de cada região no artigo de Nakabashi contemplando se as variáveis supostamente correlacionadas com as instituições do passado (instrumentos exógenos) estão relacionadas com a qualidade das instituições atuais. Ele demonstra que de acordo com seu estudo quantitativo:

Os resultados apresentados (...) também dão suporte à hipótese da importância da qualidade institucional no processo de acumulação de capital humano e na produtividade das regiões situadas mais ao sul do país. Em todos os casos, os coeficientes estimados do IQIM são positivos e

significativos ao nível de 1%. Adicionalmente, os efeitos são consideráveis, sendo que uma melhoria de 1% na qualidade institucional eleva o capital humano entre 1,6% e 2,3%, considerando apenas os resultados com os instrumentos válidos. Sobre a produtividade, o incremento vai de 4,0% a 4,6%.(NAKABASHI, 2020, p. 488)

Instrumentos que, em princípio, deveriam ser correlacionados com as instituições do passado são importantes na sua qualidade presente, como mostram os resultados do primeiro estágio, sugerindo um relevante processo inercial que tende a manter a desigualdade regional em longos períodos (NAKABASHI, 2020).

Para Araújo; Flores (2017) passou-se a teorizar sobre os efeitos do agravamento ou da atenuação de desigualdades regionais, “tendo como referência o grau observado de centralização das atribuições (1) legislativas, (2) administrativas e (3) fiscais, e seus efeitos sobre a redistribuição de recursos entre territórios” (ARAÚJO; FLORES, 2017).

A abordagem de Araújo; Flores, 2017 começa com a concepção de como é investigada a temática das desigualdades regionais, e redistribuição de renda, pobreza e desigualdade territorial no Brasil, embora parte da literatura que investiga essa temática utilize o Produto Interno Bruto (PIB) per capita como dimensão de análise, para economias extremamente desiguais esta medida não consegue captar parte importante da variação nas condições de bem-estar social,

(...) Sendo assim, assumimos que o fenômeno da desigualdade territorial deve ser entendido como a capacidade desigual de as regiões em um dado arranjo político proverem recursos de subsistência aos seus cidadãos. Mais especificamente, definimos desigualdade territorial como a concentração desigual de indivíduos vulneráveis em unidades territoriais comparáveis, sendo a vulnerabilidade função do número de indivíduos extremamente pobres em um dado território. (ARAÚJO; FLORES, 2017)

Analistas têm sugerido que a centralização da arrecadação e transferências no governo central contribui para a redução da desigualdade entre territórios (Arretche 2010; Beramendi 2012).

Na mesma direção, argumenta-se que a descentralização pode gerar problemas de coordenação entre atores no processo decisório, diferenciar critérios de elegibilidade por regiões e legitimar institucionalmente modelos divergentes de políticas sociais - o que, por conseguinte, conduziria a diferentes resultados regionais e aumentaria a desigualdade (Kazepov & Barberis 2013). Tratam-se, na realidade, de argumentos derivados da concepção de que formas difusas de governança de políticas tendem a produzir resultados espacialmente descontínuos (Allen & Cochrane 2007). (ARAUJO; FLORES, 2017)

Ainda olhando para o de texto de Araújo; Flores, 2017, os autores dizem que do ponto de vista lógico, o argumento em torno de tais proposições é bastante atraente, a seguir uma breve explicação:

(...)Em federações com estrutura fiscal descentralizada, as regiões mais ricas arrecadariam mais e enfrentariam um quadro de pobreza menos agudo, dispondo de recursos para redistribuir entre os cidadãos por meio de políticas sociais. As regiões pobres, por sua vez, teriam menos capacidade de arrecadação e maior incidência de pobreza, posta a menor capacidade destes governos locais de retirar indivíduos da condição de vulnerabilidade social. Por outro lado, se há desigualdade entre regiões e o sistema de arrecadação é centralizado, as regiões mais ricas arrecadarão e repassarão parcelas mais substantivas de recursos ao governo central do que as regiões pobres, de menor potencial econômico e menor capacidade arrecadatória e de gasto. Sendo os critérios de elegibilidade e administração das políticas sociais também centralizados, a transferência de recursos se daria de acordo com a distribuição da necessidade no território. Ou seja, proporcionalmente, regiões pobres receberiam mais recursos do fundo de arrecadação comum do que as regiões ricas, justamente por concentrarem territorialmente um número maior de indivíduos vulneráveis, potencialmente elegíveis às políticas sociais do governo central. Dessa maneira, operaria um mecanismo redistributivo entre regiões intrínseco ao modelo centralizado de estrutura fiscal. (ARAUJO; FLORES, 2017)

Entretanto para Araújo; Flores, 2017, este raciocínio é insuficiente para derivar resultados acerca das políticas sociais. Analisa-se o Benefício de Prestação Continuada (BPC), mostramos que políticas redistributivas centralizadas podem produzir resultados desiguais entre os territórios.:

Entre 1996 e 2012, houve, por efeito do benefício, uma redução média de 7% ao ano no número de pessoas extremamente pobres no Brasil. No caso do Nordeste, a região com a maior proporção de pobres no país, ocorreu uma importante redução da proporção de extremamente pobres de 4,8% ao ano, em média. O BPC passou de 346.219 beneficiários, em 1996, para 4.182.824 em 2015 (Ministério do Desenvolvimento Social (2015). Em termos monetários, em 1996, o programa pagava em benefícios o equivalente a R\$ 788.189.8563 . Esse montante chegou à casa dos bilhões em 2015, totalizando R\$ 39.645.659.124. (ARAUJO; FLORES, 2017)

A redução da pobreza regional tem sido acompanhada, no entanto, do aumento da desigualdade entre as regiões, uma vez que as regiões continuam a contribuir de forma desigual para a concentração total de pobreza do país. Este fato se deve ao maior impacto da transferência de renda interpessoal nas regiões com menor concentração de indivíduos extremamente pobres. Como a demonstração de Araujo; Flores (2017), uma estrutura fiscal com características centrípetas não é condição suficiente para que fluxos redistributivos no nível interpessoal se traduzam automaticamente na redistribuição de recursos entre regiões, dado que fatores exógenos à estrutura fiscal podem minar o potencial equalizador de políticas redistributivas.

No Brasil, a desigualdade territorial é um problema que remete às suas origens e perpassa muitas dimensões. Neste sentido, por exemplo, alguns dos elementos centrípetos da estrutura fiscal brasileira têm possibilitado a oferta mais homogênea de serviços públicos no território nacional. Ainda assim, em muitas dimensões permanecem grandes distâncias entre as regiões. No trabalho de Araujo; Flores (2017) examina-se esta questão utilizando como parâmetro a contribuição das regiões para a pobreza total no país.

A questão da desigualdade territorial no Brasil é um problema antigo e de natureza persistente (Azzoni 2001; Vainer 2007 Soares et al., 2015; Mesquita et al., 2015). Desde os esforços sistemáticos realizados por Celso Furtado na tentativa de pensar ações que pudessem integrar as regiões Norte e Nordeste ao projeto de desenvolvimento nacional¹⁹, o conjunto de políticas implementadas com o objetivo de sanar esta questão não logrou sucesso (Ferreira 2004). Alguns analistas sugerem que o aumento médio das rendas provocado pelo crescimento econômico recente colaborou para uma

tendência de redução das disparidades regionais no Brasil. Como determinantes dessa tendência, são apontadas tanto as políticas ligadas ao mercado de trabalho (Hoffmann 2006) quanto as políticas de caráter não contributivo (Silveira-Neto & Azzoni 2012). No último caso, quando a variação do PIB per capita das regiões é a dimensão a ser explicada, o Benefício de Prestação Continuada é apontado como fator relacionado ao processo de redução das desigualdades regionais. Quando a dimensão da pobreza é considerada como variável-chave, os resultados apontam em outra direção. A análise empreendida por Rocha (1998) indica um agravamento da tendência de concentração da pobreza nas regiões mais pobres. Os trabalhos mais recentes sugerem que, embora haja uma tendência de diminuição da pobreza por efeito do aumento das rendas médias, essa diminuição se dá de forma descontínua (Manso, Barreto & Tebaldi 2006; Resende, Da Mata & Carvalho 2007). (ARAUJO; FLORES, 2017)

2.5 A relação entre desigualdades e as regiões brasileiras.

As abordagens sobre a relação entre desigualdade e as regiões brasileiras, em suma verificam se de indicadores nacionais comparados as regiões, alguns já citados na seção anterior. Porém, a demonstração de que a concentração regional está presente em todos os setores.

Após um período de crescimento com distribuição de renda e inclusão social, o Brasil experimentou dois anos de crescimento negativo do PIB (2015 e 2016), seguidos por outros dois com crescimento próximo de zero (2017 e 2018), além de uma Emenda Constitucional de congelamento dos gastos públicos federais, uma reforma trabalhista com elevação da precarização do trabalho e redução de massa salarial e o maior volume de desempregados na história do país, desde a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (Pochmann; Silva, 2020). Como resultado, os avanços alcançados até 2014 foram rapidamente diluídos, evidenciando a fragilidade das políticas compensatórias como estratégia de enfrentamento das desigualdades sociais, posto que, em vez de autonomia, ela cria dependência. O enfrentamento das desigualdades regionais e sociais exige do Estado nacional, em parceria com os estados subnacionais, uma intervenção nas bases de produção de circulação de mercadoria, de modo a equalizar as forças produtivas territoriais no reordenamento das cadeias produtivas nacionais. (Pochmann; Silva, 2020)

(...) também existem nas metrópoles brasileiras mecanismos de reprodução da pobreza dada a concentração de famílias em situações desfavoráveis no mercado de trabalho. Essa configuração da distribuição espacial da população nas regiões metropolitanas brasileiras é válida devido ao capital social potencialmente homogêneo formado nas periferias e os impactos disso no acesso a informações sobre vagas de empregos (Marques, 2010; Guimarães et al., 2010). (SILVEIRA e MUNIZ, 2014)

Além da concentração espacial da atividade produtiva e da consequente limitação de intervenção dos estados periféricos, condicionada pela baixa capacidade de arrecadação fiscal e pela insuficiência de transferências constitucionais, o quadro de desigualdades sociais é agravado por outras variáveis: regressividade do sistema tributário, tecido social e concentração fundiária. De acordo com Pochmann; Silva(2020):

Observa-se que a curva de 2014 é menos sinuosa em relação à de 2000, o que demonstra o êxito das políticas públicas implantadas no período entre 2003 e 2014, porém, tanto para 2002 como para 2014, o índice de vulnerabilidade social mostra--se mais acentuado nos estados que compõem a região Nordeste. Isso significa que é necessário envidar esforços para além das políticas compensatórias com vistas à redução das desigualdades regionais e sociais. (POCHMANN; SILVA, 2020, pg. 20)

De acordo com o trabalho de Silveira; Muniz, que vai de encontro com as conclusões de Pochmann; Silva, é preciso estar atento às diferenças regionais quando se deseja mensurar experiências discriminatórias:

[...]já que diferenças na composição racial dessas populações [...] seguramente influenciam as formas de sociabilidade manifestadas em cada uma delas, não apenas do ponto de vista racial, mas também na perspectiva de outras dimensões de desigualdade e tratamento interpessoal, como classe, gênero e idade, entre outras. (Bastos e Faerstein, 2012, p. 89) Campante et al. (2004), por exemplo, constataram que o componente discriminatório do diferencial de salários no Sudeste é quase duas vezes e meia maior que no Nordeste, e tem um caráter “elitista” da discriminação, já que essa aumenta de acordo com os centis de renda. Cavalieri e Fernandes (1998) também encontraram variações nos diferenciais de rendimento por

raça e gênero em diversas regiões metropolitanas do Brasil, demonstrando a relevância de estudos comparativos que considerem as especificidades de cada região. Eles encontraram variações entre os diferenciais de rendimentos entre brancos e não brancos de nove regiões metropolitanas do Brasil, onde o diferencial na região metropolitana de São Paulo foi o menor, com brancos recebendo 9,85% a mais que não brancos, ao passo que na região metropolitana de Salvador esse valor é de 53,34%. As desigualdades, portanto, variam de forma regional e situacional, incorporando características socioeconômicas, culturais e estruturais em cada uma delas (Wilson, 2009). (SILVEIRA; MUNIZ, 2014)

Por fim, Cruz et al (2015) faz um estudo econométrico onde confirma resultados das discussões que permeiam as reproduções da desigualdade:

Os resultados corroboraram com os nos quais a desigualdade exerce efeito positivo no crescimento para níveis de PIB per capita mais elevados (coeficiente da Variável de Interação) e efeito negativo nos de PIB baixo (coeficiente da Variável de Desigualdade). (CRUZ et al, 2015)

CAPÍTULO 3: DISCUSSÃO SOBRE A ABORDAGEM DAS DESIGUALDADES NO CONTEXTO DAS DIFERENTES REGIÕES COMO IMPACTO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Primeiramente, tratou-se de identificar e caracterizar os conceitos e as trajetórias históricas de desigualdades de gênero, raça e classe social, em contexto geral, econômica e social apontando para a questão das diferentes regiões e um breve apontamento da colaboração de Celso Furtado. Em segundo momento, buscou-se por intermédio de revisão bibliográfica e literária, o entendimento das abordagens da literatura nacional, principalmente no que tange as desigualdades no âmbito econômico e social brasileira.

Este capítulo, tem como propósito abranger a discussão das desigualdades de gênero, raça e classe e como se dá o impacto dessas desigualdades nas diferentes regiões da economia brasileira, haja vista a desigualdade regional que permeia a história do Brasil.

3.1 Os impactos das desigualdades no desenvolvimento econômico e social

A concentração espacial da atividade produtiva revela-se como entrave ao desenvolvimento nacional em bases sustentáveis, como na abordagem de Pochmann; Silva (2020) visto que o fluxo de riqueza, a partir da produção, da renda e do consumo, produz, de um lado, excedente, mas, do outro, resulta em exclusão e escassez, cuja face se revela sob o símbolo da extrema pobreza. “A ausência de mecanismos eficientes de distribuição da riqueza produzida em cada exercício é nociva à fluidez e à circulação da renda, desacelerando o ritmo de crescimento da economia” (POCHMANN; SILVA, 2020 pg. 6), especialmente em países com grande concentração fundiária, como é o caso do Brasil.

O processo de concentração espacial da produção foi acompanhado pelo fortalecimento de oligopólios e monopólios, sob a compreensão de que a elevada escala de produção é condição imprescindível à competitividade comercial no mercado internacional, esta dinâmica se deu em todos os estados que buscavam alternativas de crescimento pelo desenvolvimentismo (POCHMANN; SILVA, 2020, pg. 8). À luz desse raciocínio, e considerando as regiões da economia brasileira os

estados periféricos tornaram-se úteis aos propósitos do centro dinâmico como mercado consumidor e fornecedor de mão de obra e matéria-prima baratas, graças à força dos monopônios setoriais. Se nas regiões Sul e Sudeste poucos estados dispunham de uma arrojada infraestrutura produtiva, nas regiões Norte e Nordeste faltavam até mesmo água e energia para consumo doméstico, o que deixava a maioria dos estados desprovida das condições elementares para a disputa por investimentos privados e para a organização das cadeias produtivas integradas à economia nacional. Essa condição desfavorável impôs às populações periféricas um custo social marcado por elevadas taxas de desemprego, ocupações precárias compatíveis com informalidade e baixa remuneração, além da reprodução da pobreza em escala tão larga quanto a resultante da produção dos grandes monopólios.

Setores dominados por monopólios e oligopólios (privados), livres de regulação, são compatíveis com preços abusivos e lucros extraordinários, sem distribuição dos ganhos a quem efetivamente agrega valor à produção, ou seja, a classe trabalhadora. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que, dos trinta setores com maior nível de concentração, as quatro maiores empresas de cada setor dominam entre 38% e 91,1% do mercado. (POCHMANN; SILVA, 2020, pg. 8)

A trajetória de concentração da riqueza produz o esvaziamento das condições materiais de sobrevivência para uma fração expressiva da sociedade. Dessa maneira, recai sobre o Estado a urgência de ofertar serviços essenciais ou mesmo transferir renda em estágios mais críticos, a exemplo da incapacidade do próprio sustento por idade avançada, incapacidade física ou desemprego involuntário por período muito longo.

Embora seja notória a elevação da renda das camadas mais pobres como consequência de um conjunto articulado de políticas públicas, aumentado a capacidade de consumo nos estados periféricos e dos estratos de baixa renda, o avanço ainda é tímido e a perspectiva atual é de recuo em face da reforma trabalhista, do congelamento dos gastos sociais e da reforma previdenciária (POCHMANN; SILVA, 2020, pg. 10). O enfrentamento do abismo que separa a extrema pobreza da riqueza concentrada exige maior esforço do governo federal, com investimento em infraestrutura capaz de alterar a configuração espacial das cadeias produtivas, em paralelo a ações de reestruturação do sistema de educação (ensino e

pesquisa) nos estados com menor densidade econômica e estrutura produtiva menos arrojada.

Em outras palavras, se uma parcela da sociedade se encontra desprovida das condições materiais de subsistência, de consciência de classe e de informações sistematizadas que lhe permitam se posicionar defensivamente em relação aos direitos constitucionais que a amparam, dificilmente será possível produzir de maneira endógena os mecanismos de transformação capazes de torná-la menos desigual.

As concepções históricas recentes de crise do sistema capitalista, agregam ao entendimento do lento e tortuoso desenvolvimento econômico-social brasileiro, de forma sucinta Mendes; Carnut (2020) descreve:

A crise capitalista também ecoa no Brasil e não se percebe uma recuperação em relação ao período pré-crise (2014). Entre 2015-2016, o Brasil apresentou uma contração de 7,5% em seu PIB real. Em 2017, o crescimento do PIB foi de apenas 1% e, em 2018, repetiu-se quase o mesmo comportamento de 1,5%. (MENDES;CARNUT, 2020, pg. 13)

Haja vista as considerações de Marx postas no capítulo 1 desta monografia, Mendes, Carnut (2020) discorrem sobre as contribuições de Marx para a compreensão da crise no sistema capitalista, e coloca-se o Estado como pressuposto de fator para assegurar a coerção social no sistema. Em resumo,

Vivemos, há pouco mais de 30 anos, sob uma crise do capitalismo marcada pelas tendências de queda da lucratividade e a expansão do poder do capital fictício. Nestes difíceis tempos, o Estado capitalista tem desempenhado o papel-chave para assegurar contratendências à queda da lucratividade do setor produtivo, resultando em ajustes fiscais permanentes, materializando um processo de avalanche de perda de direitos sociais (...) (MENDES;CARNUT, 2020, pg. 13)

O processo de transformação social demanda uma educação pública de qualidade universalizada que estimule o pensamento crítico, instrumentalizando os cidadãos para os desafios envolvidos no enfrentamento das desigualdades de oportunidades impostas a todas as tribos segmentadas por gênero, etnia, crença,

renda, grau de instrução, status da ocupação etc, de acordo com Pochmann; Silva (2020).

O centro dinâmico da economia nacional dispõe das condições estruturais para reproduzir o conhecimento e o desenvolvimento de pesquisa científica e inovação tecnológica em condições absolutamente distintas dos estados periféricos, com a criação de um ambiente muito mais promissor às empresas de maior conteúdo tecnológico, cuja sobrevivência depende de um processo de inovação contínuo e acelerado. Ignorar esse abismo e adotar a linearidade como regra no formato e na execução de políticas públicas implica ignorar os sons distorcidos do atraso e da pobreza (POCHMANN; SILVA, 2020, pg. 19).

Além disso, deve-se considerar que a eficácia dessas políticas tende a ser maior num contexto de crescimento econômico. Se a crise em curso se aprofundar ou se estender por muito tempo, é provável que se agravem os problemas estruturais do mercado de trabalho e volte a se ampliar o número de pessoas em trabalhos muito precários – em especial nas cidades. Em consequência, é provável que volte a aumentar a pobreza e a vulnerabilidade social no Brasil.

[...]a perspectiva que se debruça sobre as dinâmicas nacionais é importante sobretudo para a análise das economias emergentes, para as quais a busca de caminhos alternativos em relação às tendências internacionais é crucial para se enfrentarem problemas crônicos de pobreza e desigualdade social. Conforme Boschi (2011, p. 13), “apesar das limitações que a globalização impõe às economias da periferia, os processos de desenvolvimento descansam em dinâmicas nacionais”. Esse tipo de abordagem encaminha a análise sociológica para uma trilha que leva em conta as relações sociais e a dinâmica dos atores em pugna na sociedade, sublinhando a capacidade desses atores de inserir seus anseios na pauta política, de gerar caminhos alternativos aos esperados e de inscrever, enfim, a marca de suas lutas na realidade social. (PRONI e GOMES, 2015)

De acordo com Proni; Gomes (2015) há duas evidências que os dados trazem à tona. A primeira é a relativa estagnação da força de trabalho industrial, consequência das dificuldades que a indústria vem enfrentando nos últimos anos. A segunda

consiste no constante aumento dos trabalhadores por conta própria; se levarmos em conta as suas condições de trabalho e especialmente o baixo rendimento que auferem, fica claro que as políticas em curso não têm bastado para diminuir essa forma precária de inserção ocupacional, o que significa, para a economia do país, um bolsão de trabalho de baixa produtividade.

Contudo, as causas estruturais dos modos de produção e consumo e da distribuição desigual de poder, que são as produtoras das iniquidades e impedem o verdadeiro desenvolvimento, ainda não foram enfrentadas com a radicalidade necessária.

Na definição desses lugares materiais e simbólicos, a desigualdade interage com diversos elementos correlacionados. Trata-se de processos dependentes, como é o caso da relação entre desigualdade e pobreza. É nesse sentido que autores da literatura nacional ressaltam que um aumento da desigualdade, na maioria das vezes, implica aumento da pobreza. Mas a diminuição da desigualdade não garante uma melhora nos indicadores de pobreza, podendo ocorrer uma redistribuição de renda entre setores mais ricos.

Isso confere à desigualdade um caráter relativo, na medida em que seu sentido é estabelecido na relação com determinantes econômicos, políticos e sociais, entre outros. No caso brasileiro, esses determinantes são conhecidos e reconhecidos pelo modo como os grupos sociais têm acesso, não acesso, ou acesso precarizado a bens e recursos. Assim sendo, o Brasil é identificado por organismos internacionais como um dos países de maior desigualdade social. Segundo Urani, “o Brasil não é um país pobre, mas com muitos pobres”. (AZEREDO, 2010 apud URANI, 2009 pg.1)

Nesse sentido, o desenvolvimento econômico-social brasileiro, sofreu com as trajetórias em série de reprodução das desigualdades, e a não preocupação dos que ocupam o poder com esta reprodução quase que sistemática, ao olharmos para as contribuições da literatura nacional é perceptível os avanços que precisam ser realizados.

3.2 Desdobramentos ao relacionarmos as desigualdades de gênero, raça e classe social no contexto das diferentes regiões

Importante esclarecer que mesmo sabendo da importância da estrutura econômica no sistema capitalista – já que está por sua vez determina nosso modo de vivência no Brasil, se torna inadmissível esquecer o papel desempenhado pelos movimentos negros e feministas, assim como pelo movimento sindical na realidade atual, quando olhamos para as diferentes desigualdades no Brasil. Sua história de lutas muito contribuiu para inflexões no sentido e na intensidade da mudança que ora se observa no mercado brasileiro de trabalho. (LEITE; SALAS, 2015)

Considerando o ponto acima, observamos ao longo das abordagens apresentadas que se trata de uma combinação de caráter complementar, pois parte do poder das instituições representativas é cedido para procedimentos decisórios participativos nas três esferas da Federação. Porém, ainda se trata de uma complementaridade frágil, incipiente, em construção, e que enfrenta muita resistência, sobretudo das elites políticas. Quando falamos de caminhos a percorrer no processo de responsabilidade social corporativa, por exemplo, na perspectiva da inclusão, equidade e diversidade, o contexto recente histórico da pauta tratada no Brasil, é de descaso.

De acordo com Freitas, 2016 o Brasil não é um país com tradição em construção, tratamento, transparência metodológica e sua divulgação pública de dados, portanto, vários sites de repartições públicas estão desatualizados, carecem de explicações sobre critérios e prestação de contas de resultados ou de avaliação de programas. O que desestimula a pesquisa e a confiança da sociedade nas mesmas, além disso, envolve problemáticas de desenvolvimento social e econômico

A pandemia recente também traz repercussão no nível comunitário na medida em que diminui a coesão social e o acesso aos serviços públicos e instituições que compõem a rede social dos indivíduos. A busca por ajuda, proteção e alternativas está prejudicada pelo deslocamento das prioridades dos serviços de saúde para as ações voltadas à assistência aos pacientes com sintomas respiratórios efeitos da COVID-19. Esses fatores contribuem de modo a favorecer a manutenção e o agravamento das situações de violência já instaladas.

Com efeito, grande parte das diferenças dos salários médios do Norte e do Nordeste em relação ao Sudeste provém de diferenças nos preços pagos aos atributos dos indivíduos em cada região, os quais dependem de equilíbrio no mercado

de trabalho, estruturas de produção, mecanismos de discriminação e segmentação de mercados, bem como outros fatores estruturais. Voltam à tona os fatores estruturais.

Olhando para os desdobramentos da questão da desigualdade de gênero e raça no contexto das regiões da economia brasileira, observamos no informativo do IBGE (2018) que a questão da carga horária parece ser um fator fundamental no “diferencial de inserção ocupacional entre homens e mulheres determinado pela divisão sexual do trabalho” (IBGE, 2018 pg. 4). Mulheres que necessitam unir trabalho remunerado com os afazeres domésticos e todas questões construídas socialmente pelo modo patriarcal, em muitos casos acabam por trabalhar em ocupações com carga horária reduzida. A partir disso temos os seguintes dados do informativo:

O indicador proporção de ocupados em trabalho por tempo parcial, por sexo, mostra um percentual mais elevado de mulheres que trabalha em período parcial, de até 30 horas, quando comparado com os homens. Na desagregação espacial conclui-se mais uma vez que as desigualdades regionais são marcantes, concentrando um maior número de mulheres que trabalham em tempo parcial nas Regiões Norte e Nordeste. Outro agravante da desigualdade de gênero fica evidente com a desagregação do indicador por cor ou raça. Neste recorte, os dados de 2016 evidenciam que são as mulheres pretas ou pardas as que mais exerceram ocupação por tempo parcial, alcançando 31,3% do total, enquanto 25,0% das mulheres brancas se ocuparam desta forma, em 2016. Para os homens, somente 11,9% dos brancos se ocuparam por tempo parcial, ao passo que a proporção de pretos ou pardos alcançou 16,0%. (IBGE, 2018, pg.4)

Utilizando este mesmo informativo do IBGE (2018), obtemos mais indícios de disparidade entre regiões na questão do gênero, enquanto no sudeste e sul a taxa de fecundidade de adolescentes (mulheres de 15 a 19 anos) é de 45%, nas regiões Norte e Nordeste são de 64,9% e 85,1% respectivamente, uma questão alarmante ao se tratar do direito das mulheres, e a eliminação de práticas danosas, como casamento forçado, precoce e infantil, mutilação genital feminina e todas as formas de violência contra mulheres e meninas.

As regiões mais e menos desenvolvidas são bem diferentes entre si em particular na distribuição das categorias extremas, do ponto de vista de Santos (2021) ao comparar a classe social de maior rendimento (topo social) e os destituídos (sem

recursos). Nessa perspectiva, esta disparidade se contextualiza com os pontos históricos elaborados por Celso Furtado, a desigualdade regional afeta mais as classes com pouco ou nenhum recurso.

As discrepâncias se “potencializam” ao juntarmos as questões de gênero, raça e classe. Como o ponto exclusivo do Brasil as regiões em que foram determinadas de acordo com suas particularidades econômicas, sociais, culturais e até mesmo geográficas, não dispõe do pressuposto da desigualdade em sua essência, já que o desenvolvimento econômico-social – reforça-se sem desigualdades precisa abranger a todos.

CONCLUSÃO

A falta da inclusão e a desigualdade social pertencentes às regiões do Brasil - um país onde as populações tratadas como minoria são a maior parte da população - é um impeditivo para o desenvolvimento sustentável do país, e há um longo caminho a percorrer para que o setores privados e o Estado como fonte de assegurabilidade social tome dor desse problema inadmissível.

Em todas as questões em que se discute e analisa os principais indicadores econômicos e sociais a questão de gênero, raça e classe, percebemos avanços ínfimos para uma economia desenvolvida nas bases certas e no acesso de oportunidades e uma sociedade igualitária. O contexto das regiões brasileira é mais um adicional que move as engrenagens da economia brasileira no sentido de capacidade, e potencial para desenvolvimento é um consenso que a espaço para melhora.

A educação é um fator importante na persistência intergeracional da desigualdade na medida em que tiver um efeito direto relevante em empregos, recompensas e outros benefícios, após controlar por origem social e habilidades cognitivas. O papel da educação na transmissão de vantagens de origem social depende da desigualdade de oportunidade educacional e do valor econômico da educação. Portanto, não é só pela educação que o Brasil conseguirá superar os desafios das desigualdades. Reduzir as desigualdades regionais de renda, gênero, raça e disparidade extrema de classe no Brasil com o sistema capitalista por exemplo, exige, uma mescla de mudanças estruturais com investimentos em pessoas; um encontro do micro com o macro.

De forma geral, o caminho a ser percorrido em direção à igualdade de gênero, ou seja, em um cenário onde homens e mulheres gozem dos mesmos direitos e oportunidades em todas as dimensões aqui analisadas, ainda é longo para as mulheres e ainda mais tortuoso se esta for preta ou parda e residir fora dos centros urbanos das Regiões Sul e Sudeste. Constata-se aqui não só a dupla ou tripla desvantagem e sim a “quádrupla desvantagem” para as mulheres pretas com poucos recursos residentes do Norte e Nordeste. Estes caminhos e soluções ainda precisam ser objeto de estudos futuros derivados a partir das análises abrangentes aqui apresentadas.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. 1º Edição. Editora Jandaíra, 10 de abr. de 2019.
- ARAÚJO, Victor; FLORES, Paulo. - Redistribuição de renda, pobreza e desigualdade territorial no Brasil - Revista de Sociologia e Política; 25(63); 159-182; 2017-09
- ARRETCHE, Marta. Trajetórias das desigualdades: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. CAMPELLO, T. et al. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. Saúde em Debate, v. 42, n. spe3, p. 54–66, nov. 2018.
- AZEREDO, Verônica Gonçalves. - Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres - Serviço Social & Sociedade; (103); 576-590; 2010-09
- BENIGNO, Gabriel Oliveira Loiola; VIEIRA, Diego Mota; OLIVEIRA, Jessica Eloísa de. - Desigualdade de gênero nos estados brasileiros e análise dos stakeholders do conselho nacional dos direitos da mulher - Revista de Administração Pública; 55(2); 483-501; 2021-03
- BERTONCELO, Edison Ricardo. - O espaço das classes sociais no Brasil - Tempo Social; 28(2); 73-104; 2016-08
- CASTRO, José Roberto. A história da desigualdade no Brasil, segundo este autor. Disponível em: . Acesso em: 7 nov. 2021.
- CRUZ, Poliano Bastos da; TEIXEIRA, Arilton; MONTE-MOR, Danilo Soares. - O efeito da desigualdade da distribuição de renda no crescimento econômico - Revista Brasileira de Economia; 69(2); 163-186; 2015-06
- ENGLERT, Paula. A construção da desigualdade de gênero - Hysteria. 2018. Disponível em: <https://hysteria.etc.br/ler/construcao-da-desigualdade-de-genero/>. Acesso em: 8 nov. 2021.
- FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1983.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro, 2018-19.

LEITE, Marcia de Paula; SALAS, Carlos. - Trabalho e desigualdades sob um novo modelo de desenvolvimento - Tempo Social; 26(1); 87-100; 2014-06

MARQUES, Rosa. et alii Economia, que bicho é esse. São Paulo. Expressão popular, 2018.

MARTINI, R. A.; HERMETO, A. M.; JAYME JR., F. G. Ciclos econômicos e a composição da pobreza no Brasil: uma análise para as décadas recentes. Economia e Sociedade, v. 23, n. 1, p. 187–221, abr. 2014.

MARX, Karl. In: O Capital – Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. São Paulo, Nova Cultural Ltda., 1996.

MEDEIROS, M. TEXTO PARA DISCUSSÃO N o 1029 A GEOGRAFIA DOS RICOS NO BRASIL. [s.l: s.n.].

MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene. - Uma análise da distribuição do pib per capita entre mulheres e homens no Brasil, 1991-2015 - Revista de Economia Contemporânea; 25(1); -; 2021

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo. Capital, Estado, crise e a saúde pública brasileira: golpe e desfinanciamento. SER Social. Brasília, v.22, n.46, p.9-32, 2020.

NAKABASHI, Luciano. - A importância da qualidade institucional no desenvolvimento das regiões brasileiras - Revista Brasileira de Economia; 74(4); 465-493; 2020-12

ONU-Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. ONU Brasil, 2015.

POCHMANN, Marcio; SILVA, Luciana Caetano Da. - Concentração espacial da produção e desigualdades sociais - Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais; 22(); -; 2020

PRONI, Marcelo Weishaupt; GOMES, Darcilene Claudio. - Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça - Estudos Avançados; 29(85); 137-151; 2015-12

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. - Mudanças nas famílias dos jovens e tendências da mobilidade social de brancos e negros no Brasil - Novos estudos CEBRAP; 39(2); 257-279; 2020-08

RIBEIRO, Erika Cristina Barbosa de Almeida; ALMEIDA, Eduardo Simões de. - Convergência local de renda no Brasil - Economia Aplicada; 16(3); 399-420; 2012-09

ROCHA, Emerson Ferreira. - Espaço social e estrutura de classes em regiões metropolitanas brasileiras - Sociedade e Estado; 33(3); 779-801; 2018-12

SANTOS, José Alcides Figueiredo. - A interação estrutural entre a desigualdade de raça e de gênero no Brasil - Revista Brasileira de Ciências Sociais; 24(70); 37-60; 2009-06

SANTOS, José Alcides Figueiredo. - Origem de classe, gênero e transmissão das desigualdades no Brasil - Revista Brasileira de Ciências Sociais; 36(107); -, 2021

SILVEIRA, Leonardo Souza; Muniz, Jerônimo Oliveira. - Variações intra e intermetropolitanas da desigualdade de renda racial - Cadernos Metrópole; 16(31); 265-289; 2014-06

SILVEIRA, Leonardo Souza; SIQUEIRA, Natália Leão. - Segregação ocupacional e diferenciais de renda por gênero e raça no Brasil: uma análise de grupos etários - Revista Brasileira de Estudos de População; 38(); -, 2021

Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2020. Rio de Janeiro IBGE, 2020.

SORJ, Bernardo. Em que mundo vivemos?. - São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2020.